



Anais da Assembléia

Nº 27

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE ABRIL DE 1.981.

ANO VII

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 23.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 1.981.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (45), achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Egon Pudell, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Paulo Camargo, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet e Darcy Deitos.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^a SECRETÁRIO — procede a leitura da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Antes que Vossa Excelência coloque em votação a ata, eu requeiro a chamada nominal. Parece-me que os auto-falantes não estão ligados nos gabinetes, e muitos dos Srs. Deputados que estão não Casa não estão sabendo que a sessão já está em andamento.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere, e o Sr. 1.^o Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (Feita a chamada, foi constatada a presença de 22 Srs. Deputados)

Há “quorum” para prosseguimento da sessão. Está em discussão a ata. Não havendo quem queira discutí-la, considero-a Aprovada.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ VIEIRA DE PAULA, ocorrido em data de 07.04.81.

O extinto deixa viúva a Sra. HONORATA MARIA VIEIRA, e, um filho Sr. ANANIAS VIEIRA, casado com a Sra. HELOISA LOPES VIEIRA e seis netos.

O Sr. JOSÉ VIEIRA DE PAULA era pessoa amada e respeitada em todo o Município de Jaguapitã, sendo ele um dos pioneiros da região.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PORFÍRIO ANTUNES PEREIRA, filho de Brasilio D'Moreira e de Amazilia Antunes Pereira, ocorrido em data de 02.04.81, no Município de Porecatu-Pr.

O extinto deixa viúva a Sra. IRMA CASTRO PEREIRA.

O Sr. PORFÍRIO PEREIRA era pessoa conhecida, amada e respeitada em todo o Município de Porecatu, onde tinha exercido a função de Coletor Estadual, atualmente exercia a função de Avaliador da Cooperativa Agrícola do Banco do Brasil, e fiel depositário da Cooperativa dos Cafeicultores de Porecatu.

Da decisão do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Niuhs, líder político e comerciante por longos anos no Município de Capanema, sempre voltado às causas nobres.

Requer ainda, seja dado ciência do presente à família enlutada, residente no Município de Capanema, bem como ao Sr. Prefeito Municipal e Câmara dos Vereadores daquele Município.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. OLINDO PAROLIN, Vereador por longos anos no Município de Capitão Leônidas Marques, dedicados às causas dos mais pobres, legítimo representante popular, sempre eleito com expressivas votações.

Requer, ainda seja dado ciência do presente à família enlutada, residente no Município de Capitão Leônidas Marques, bem como, à Câmara Municipal daquele Município.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de um VOTO DE LOUVOR aos policiais ADEMAR ARAÚJO e JOÃO BATISTA ARAÚJO, da Polícia de Mato Grosso, que efetuaram a prisão, na cidade de Cuiabá, do perigoso marginal — misto de contrabandista e pistoleiro, autor de uma verdadeira chacina, na cidade de NOVA ESPERANÇA, em nosso Estado, quando perderam a vida o detetive JOSÉ CHALEGRE DOS SANTOS, o estudante FERNANDO FERRAREZI de 17 anos de idade e a garotinha MARCIA ZANATTA, de apenas 10 anos de idade.

Requer ainda que se dê ciência dêste VOTO DE LOUVOR ao Sr. Secretário de Segurança Pública e ao Sr. Diretor da Polícia Civil de Mato Grosso, para que conste na ficha funcional dos dois denodados elementos da referida corporação.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) José Domingos Scarpelini.

JUSTIFICATIVA:

Está bem viva na lembrança de todos nós a dramática ocorrência de Nova Esperança, em que perderam a vida um detetive da polícia civil, um estudante e uma garotinha de apenas 10 anos de idade cuja vida foi ceifada às vésperas de fazer a primeira comunhão.

O criminoso empreendeu fuga e andou peregrinando pelo Paranguai — depois retornando ao Brasil, percorrendo várias capitais entre outras, Salvador, Manaus e finalmente Cuiabá, onde foi reconhecido e preso pelos agentes ADEMAR DE ARAÚJO E JOÃO BENEDITO DE ARAÚJO, os quais posteriormente o acompanharam até esta Capital, tendo recusado um suborno de apreciável soma — “QUINHENTOS MIL CRUZEIROS” — oferecido pelo contrabandista-assassino, em troca de sua liberdade, ora, é mesmo de se consignar um VOTO DE LOUVOR pela presteza, honestidade e sadios princípios que devem nortear a vida de um policial que é responsável pela segurança da população. A bolada oferecida era de fato muito convidativa, mas eles não afrouxaram no cumprimento do dever.

O fato merece mesmo um registro especial e uma anotação na ficha de cada um daqueles dois servidores exemplares e zelosos, cientes da grande responsabilidade que lhes cabia perante toda uma comunidade.

Assim justificamos plenamente este VOTO DE LOUVOR que servirá como estímulo para os referidos policiais e de exemplo aos outros companheiros, que trabalham com eles lado a lado, na árdua missão de zelar pelo bem estar da comunidade matogrossense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, consignação de voto de congratulações pela criação e instalação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Capitão Leônidas Marques, com jurisdição também nos Municípios de Catanduvas, Três Barras e Quedas do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Há vários anos vem se constituindo um sério problema

o êxodo rural na região oeste do Paraná, a ponto da Igreja se preocupar com os efeitos e a seqüela que a causa vem deixando às gerações futuras. E um dos temas que as campanhas da fraternidade adotou, foi o fenômeno migratório.

Questões várias tem-se levantado em torno da fixação do homem no campo, evitando a marginalidade e a formação de megalópolis, que tantos danos causam às famílias e ao Estado.

É evidente que o homem do campo necessita de retorno do imposto que sobrecarrega o agricultor, até como de dinamizar o processo econômico e social. E um dos fatores determinantes desse estado de coisas é o abandono com que vivem esses agentes do desenvolvimento nacional. E, apesar dessa inquestionável verdade, a eletrificação rural chega tarde no Estado do Paraná que representa a unidade federativa de maior produção nacional. Por isso mesmo é de se louvar a iniciativa das lideranças comunitárias locais, que abraçaram a luta com garra e determinação, recebendo dos futuros cooperados, maciço apoio à implantação do sistema.

O agricultor teria direito a eletrificação rural a custo muito baixo, já que essa energia vai se converter em fator de produtividade para o Estado e para o País, além de propiciar maior estabilidade migratória.

E esse direito decorre da sua condição de anônimo propulsor dos interesses econômicos e sociais, que pelo seu trabalho obstinado, corajoso, permanente e solidário com sua família, cria riquezas que geram divisas ao País.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Secretaria de Recursos Humanos apelo, no sentido de que sejam efetuados estudos sobre a viabilidade do aproveitamento, no Quadro de Pessoal do Poder Executivo, dos portadores do Título de Técnico de Enfermagem, obtido através do curso profissionalizante de 2.º Grau, mantido por entidades integrantes da rede estadual de ensino.

A medida se justificaria perante a realidade educacional brasileira, onde a Universidade não pode oferecer um número de vagas suficientes para aqueles que a almejam e onde o técnico de habilitação intermediária, se bem que necessário, deixa de ter oportunidade onde possa se realizar profissionalmente, dentro de suas tendências vocacionais, mesmo sem a obrigação de cursar o nível superior.

Num País em que a assistência médica hospitalar sofre as limitações que todos conhecemos, seria, sem qualquer dúvida, medida das mais auspiciosas o aproveitamento dos técnicos de nível médio, com um treinamento básico especializado, que poderiam auxiliar no atendimento médico com uma eficiência não encontrada em quem não possua os conhecimentos adquiridos durante os três anos de duração curricular.

Por outro lado, o Técnico de Enfermagem, em face da gama de conhecimentos que lhe são ministrados no decorrer do curso, poderia prestar inestimáveis serviços no processo de assistência social, trabalhando na orientação sanitária de grupos menos favorecidos, visando todo um processo educativo que proteja a saúde individual e coletiva.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Gabriel Sampaio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, a consignação de um voto de aplausos ao Excelentíssimo Sr. Desembargador HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná,

pelas medidas adotadas para o cumprimento das obrigações do Poder Público com os Precatórios-Requisitórios.

Solicita, outrossim, uma vez aprovado o requerimento, seja dado conhecimento do seu teor ao Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, à Seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil e ao Instituto dos Advogados do Paraná.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

Os Precatórios-Requisitórios, resultado de condenações sofridas pelo Poder Público vinha se constituindo num dos grandes entraves para todos aqueles que atuam ou buscam a Justiça para as perdas e danos sofridos.

Via de regra, após esgotadas todas as instâncias pelos defensores do Estado, transcorriam vários anos para que as partes viessem a obter o ressarcimento de direito.

Ao serem liberadas até o final do ano as verbas destinadas a atender aqueles compromissos, quando das últimas, os recursos já se encontravam totalmente defasados pelos acessórios de juros ou correções monetárias, obrigando a sucessivos e quase infundáveis reajustamentos.

Como consequência, havia uma grande elevação das importâncias, notadamente em anos de forte inflação monetária, além de contratempos para as partes e seus defensores, além de implicar em alentado volume de reprocessamentos que comprometiam a maior agilização daquele Poder. Tão logo foi empossado no cargo de Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, uma das grandes preocupações do Desembargador Heliantho Guimarães Camargo foi a de procurar abreviar aquelas soluções, culminando por obter já a liberação das verbas previstas para o corrente ano.

Medida que permitirá grande economia para o Estado, o desafogo da administração judiciária e um melhor atendimento dos que buscam as reparações pelos danos sofridos.

Ressalte-se, ainda, que trata-se de antiga aspiração da classe dos advogados.

O fato vem de revelar um largo alcance ao lado de elevação descortínio do Presidente daquele Tribunal, que se empenhou para que as autoridades fazendárias providenciassem o numerário suficiente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, que se consigne um voto de solidariedade aos jornalistas JUVÊNCIO MAZZAROLLO, ALUIZIO PALMAR e JOÃO ADELINO DE SOUZA, editores do semanário "NOS- SO TEMPO" de Foz do Iguaçu, os quais vêm sendo vítimas de pressões de autoridades locais por estarem divulgando notícias e fatos considerados ofensivos, além de estarem a partir de ontem, respondendo a inquérito junto à Polícia Federal, e indiciados como incursores na Lei de Segurança Nacional.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

A imprensa paranaense retrata na edição de hoje (A Gazeta do Povo e outros jornais), o comportamento que os editores do semanário "NOS- SO TEMPO" de Foz do Iguaçu estão recebendo de autoridades não declaradas, em virtude de artigos que o jornal vem fazendo com relação ao problema ligado às expropriações de terras que a Itaipu Binacional vem fazendo com os agricultores ocupantes da área a ser inundada pela hidrelétrica maior do mundo.

Trata-se de uma atitude de força e de repudiante violência, o fato de pretenderem as desconhecidas autoridades enquadrarem os jornalistas mencionados na ameaçadora Lei de Segurança Nacional, simplesmente porque exercem a espinhosa missão profissional de informar.

Pelo que se deduz, as autoridades ofendidas, revoltaram-se com um artigo inserido à página 2 da edição de 25.3 a 01.4.81 n.º 16 do periódico, onde narra a forma de convite a que o jornalista JUVÊNCIO MAZZAROLLO foi levado para uma "reunião comunitária" onde no 34.º Batalhão de Infantaria Motorizada, o aguardavam o comandante desta unidade, Cel. João Guilherme da Costa Labre, o Juiz de Direito da Comarca de Foz do Iguaçu, e presidente do Forum local, Dr. João Kopytowski, o Cel. Clóvis da Cunha Vianna, Prefeito Municipal e o advogado José Bento Vidal, além de outro militar não identificado, advertiram o citado jornalista de que o Governo e as forças armadas aceitam o exercício da oposição, mas que de forma alguma aceitam as provocações veiculadas por "Nosso Tempo".

E tendo o jornalista retratado a matéria com o título "JUIZ E CORONEL ARMAM EMBOSCADA", na qual esclarece a conversa que teria ocorrido na chamada "reunião comunitária", buscam agora atingir os jornalistas com a L. S.N.

Ora, se o País procura viver um clima de distensão, de alívio de opressões e entende que os espaços foram abertos para que o ar democrático fosse respirado, é incompreensível e inaceitável o argumento de que a Segurança Nacional está em jogo pelo fato da imprensa noticiar fatos ou retratar artigos de profissionais em pleno exercício e gozo de seus direitos. Se há uma lei de imprensa em pleno vigor, e ocorrendo excesso de livre expressão de pensamento, o estatuto próprio seria a lei específica, mas nunca a lei que vem substituindo o AI-5, a qual além de abusiva, violenta a liberdade e o próprio exercício da profissão.

É preciso salientar ainda que Juvêncio Mazzarollo é Secretário da Comissão Executiva do PMDB municipal de Foz do Iguaçu, e a atitude daquelas autoridades coatoras (se realmente são as nominadas) dá ensejo a que se interprete o interesse político subjetivado naquela reunião.

Ao ser ouvido na Polícia Federal, o inquiridor teria indagado dos inquiridos sobre um artigo publicado no mesmo jornal em seu último número, que transcreve texto de Charlie Chaplin que diz: "OS DITADORES LIBERAM-SE, PORÉM ESCRAVIZAM O POVO. LUTEMOS AGORA PARA LIBERTAR O MUNDO, ABATER AS FRONTEIRAS NACIONAIS, DAR FIM À GANÂNCIA, AO ÓDIO, À PREPOTÊNCIA. LUTEMOS POR UM MUNDO DE RAZÃO, UM MUNDO EM QUE A CIÊNCIA E O PROGRESSO CONDUZAM À VENTURA DE TODOS NÓS".

Pelo que se vê, há uma irritação contra os artigos publicados pelo jornal oposicionista de Foz, e a forma de expressão adotada pelos seus editores desagradam aquelas autoridades, e através da pressão, do poder e da força, querem aniquilar a voz dos que buscam e desejam o respeito e a justiça.

Sendo verdadeira a forma com que promoveram a "reunião comunitária", o próprio judiciário estaria sob suspeição, quando julgou medida impetrada pelos agricultores, que pretendiam acampar em terreno particular próximo ao centro executivo da Binacional, cujo movimento visa reivindicar preços justos para suas indenizações.

É legítimo e lícito o direito de expressão do pensamento, mas o regime dá guarida e proteção ao arbítrio, quando permite que se abram procedimentos inquiritórios baseados na abusiva e execrável Lei de Segurança Nacional.

É a abertura e a democracia que estão em jogo, para não aviltar as boas intenções de Sua Excelência o Presidente da República, que se compromete fazer do País uma demo-

cracia, há que se corrigir imediatamente a pretensão de enquadrar os jornalistas na LSN. Qual o crime que estariam a praticar?

O de estarem comprometidos com a verdade?

Por que é um jornal de coragem e intimerato?

Há um delegado especial já designado e funcionando em Foz, Sr. Elias Kudsi, que comanda o inquérito que visa calar as denúncias e os protestos de uma população que não tem o direito sequer de eleger o seu Prefeito.

Lá em Foz não é arriscado afirmar que talvez seja o município de maior e mais sofisticado policiamento do universo.

Alí está plantado o mais completo e diversificado aparelho de repressão, além de ter um prefeito-interventor que não admite as críticas.

E desejam agora pressionar os jornalistas por delito de opinião, crime que nos regimes democráticos se constitui um direito e um dever do cidadão, mas que nos regimes de exceção transformam em instituto criminoso para solapar as vozes oprimidas.

Aí estão as faces ocultas do regime anti-democrático, despótico e antipopular. Governo que não resiste a liberdade de expressão é governo fraco, governo que manda e impõe não é governo de consenso, de diálogo, e por isso mesmo não pode se legitimar nem merecer respeitabilidade nem credibilidade popular.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar pedido de imediatas providências contra o Delegado de Polícia de São Jorge d'Oeste, Sr. Leopoldo Egel, tendo em vista as inúmeras arbitrariedades que o mesmo vem cometendo no comando da autoridade policial, naquele município.

Requer ainda que da decisão da Casa dê-se ciência à OAB - Sub-Secção de Pato Branco, e ao Sr. Governador do Estado, à Comissão de Justiça e Paz.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A população de São Jorge d'Oeste está intranquilha com a conduta do seu Delegado de Polícia Sr. Leopoldo Egel.

Em data recente denunciemos arbitrariedades cometidas pelo mesmo ou de cobertura que tem dado para que casos de abuso de poder e até torturas sejam cometidas contra as infelizes pessoas que por qualquer razão acabam se envolvendo com aquela autoridade policial.

Denunciamos aqui o caso do Sr. Adão Leodoro Alves torturado barbaramente no interior da Delegacia de Polícia de São Jorge, o caso da omissão voluntária para apurar caso de atentado ao poder público e em especial contra a família do Vereador Valdecir Vendruscolo; o caso do Sr. Augusto Baviera que sob ameaça de revólver foi obrigado pelo Delegado a desobstruir bueiro entupido pela erosão das águas; e fato de ser também acusado de se apropriar de dinheiro de jogo que foi impedido pela polícia.

Todavia, enquanto esta Casa requeria junto ao Sr. Secretário que providenciasse a apuração das denúncias levantadas, face a gravidade das mesmas, eis que menosprezando tais denúncias e mesmo dizendo de público, que ninguém conseguirá impedi-lo de exercer sua função ao estilo como vem fazendo e como bem entender de fazer, o referido Delegado continua aprontando das suas.

De fato, no último dia 28 de março, por volta das 20hs., no interior do Hotel Rodoviária, no Distrito de Vila Paranhos,

naquele município, o prepotente e arbitrário Delegado aprontou mais uma, ao agredir estupidamente um deficiente físico, e por ironia quando se comemora o Ano do Deficiente Físico.

Os lamentáveis fatos, que causaram revolta geral, ocorreram quando a vítima, Sr. EDELBERTO ETEIMBACH (que se encontra em convalescença por ter perdido um olho, o esquerdo, em acidente com arma de fogo no Estado do Mato Grosso do Norte, conforme informam os documentos, laudos e fotografias inclusas), estava tomando um copo de água para deglutir comprimido prescrito em tratamento médico. No momento a vítima, se fazia acompanhar de sua esposa e de uma sua irmã, professora daquela comunidade, e, que na hora dos fatos, tinha no colo o filho menor da vítima de apenas dezoito meses de idade.

O truculento Delegado adentrou àquele estabelecimento comercial acompanhado de quatro policiais exatamente na hora em que a vítima estava tomando a medicação. Como um dos policiais, com certeza desconhecendo o fato de que era remédio que a vítima tomava e como esta não parasse ante a chegada do Delegado, disse que "isso era falta de educação", fato que levou a vítima a dirigir-se ao Delegado, lhe estendendo a mão para cumprimentá-lo, pois é pessoa radicada no lugar e antigo conhecido do mesmo.

Inopinadamente, ao invés de cumprimentar a pessoa deficiente visual que lhe estendia a mão em gesto amistoso, o despreparado Delegado desferiu-lhe bofetada sobre o rosto, atingindo-a exatamente na cavidade ocular esquerda, que ainda se encontra em fase de cicatrização pela perda total do globo ocular, há apenas sessenta dias.

Após isso, com a intervenção dos populares presentes e pela revolta das mulheres que acompanhavam a vítima, o Delegado deixou o local e nem ao menos se dignou saber das consequências da sua agressão, as quais poderiam ser as mais graves possíveis, tanto que a vítima, presentemente se encontra em Curitiba para submeter-se a outra delicada intervenção cirúrgica a fim de retirar do rosto estilhaços de projéteis que ainda se encontram alojados no tecido facial.

Ora um fato desta gravidade não pode ser ignorado pelos representantes da Segurança Pública do Estado, pois ele não é isolado, mas seqüência de uma série de arbitrariedades que comprovam a total incapacidade do Sr. Leopoldo Egel para o exercício das funções de Delegado de Polícia.

Ademais, uma sindicância em São Jorge D'Oeste entre todas as denúncias levantadas apuraria também, uma infinidade de armas apreendidas pelo Delegado e que não tiveram o destino regular, bem como as frequentes "mordidas" dadas por aquela autoridade sempre que se procura uma licença para baile ou festividade pública.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, o envio de ofícios endereçados ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, em Brasília e ao Parlamentar MARCELO CERQUEIRA, da Bancada do PMDB, cuja residência, no bairro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro sofreu violento atentado à bomba, cometido por terroristas, ainda não identificados e que puseram em risco a vida de sua esposa Dona Lúcia Léia e de um filho do casal de apenas cinco meses de idade.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

Esta incrível onda de violência que vem assolando o País e trazendo enorme intranquilidade à ordeira e pacífica gente brasileira, precisa ser detida e os responsáveis punidos severamente, caso contrário, qualquer um de nós pode ser

vítima do amanhã incerto.

O Deputado Federal Marcelo Cerqueira se encontrava em Brasília, cumprindo suas tarefas no Parlamento Nacional, quando recebeu estarecido a comunicação de que haviam atirado uma bomba, de alto teor explosivo, sobre sua residência, quase atingindo sua esposa e seu filho de apenas cinco meses de idade.

Não se sabe quem foi - ninguém até o momento pode prognosticar a origem do inominável feito, pois, infelizmente, neste Brasil amante da paz e de gloriosas tradições de civismo, andam à solta terroristas de esquerda e da direita - mão do crime covarde - que se oculta nas trevas do anonimato.

Temos que nos insurgir, devemos nos rebelar, gritar, clamar por providências imediatas, para que se ponha cobro aos atos infamantes e covardes, perpetrados por neuróticos e psicopatas de todos os naipes e matizes, que se escondem sob siglas as mais diversas, rotuladas de diferentes ideologias e cores.

Vale relembrar aqui o recente atentado à bomba contra o JORNAL TRIBUNA DA IMPRENSA que teve suas instalações totalmente depredadas sem que até o momento se tenha uma notícia mais concreta sobre o resultado das investigações que estariam sendo efetivadas pela Secretaria da Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Que pretendem tais elementos? Calar a boca da imprensa - silenciar as vozes mais autênticas do CONGRESSO NACIONAL?

É chegada a hora de se identificar e punir a loucura dos dementes - a covardia dos pusilânimes - uns e outros, interligados pela maldade solerte e a firme determinação de não permitirem a redemocratização do nosso País que vem, desde 1964 vivendo e sofrendo o impacto de um regime de força onde fala mais alto a voz da prepotência e quase não se pode ouvir a voz do bom senso que propugna pelos direitos de cada cidadão e a completa liberdade de todos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvindo o Plenário, REQUER envio de expediente ao Ministério da Agricultura, solicitando o início imediato do Programa de Combate à Peste Suína nos Estados do Sul atingindo primeiramente o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Há dois anos e meio, os produtores suínos quase foram à falência com a peste suína, trazendo ainda prejuízos enormes para a economia paranaense e nacional.

No final do ano passado, o Ministério da Agricultura anunciou que a partir de janeiro desenvolveria o Programa de Combate à Peste Suína nos Estados do Sul, iniciando pelo Paraná.

O que ocorre é que até o presente momento esta Campanha não foi iniciada e o temor dos produtores com relação à doença é muito grande, daí o nosso apelo.

A suinocultura é de importância vital para a região que representamos nesta Casa, o Oeste do Paraná. Infelizmente, há cerca de três anos, este setor vem enfrentando uma série de revezes que desestimulam dia-a-dia o produtor.

Primeiro foi a peste suína, que obrigou o País a encerrar os contratos de exportação de carne suína, tendo ficado até os dias de hoje um certo receio, por parte dos importadores, em adquirir o produto brasileiro.

Depois vieram as divergências entre os produtores e o Governo, com relação ao preço, e todos os acontecimentos que se seguiram.

Agora, a suinocultura passa a novamente viver dias negros, em função da questão dos preços. Tenta-se através de uma ampla campanha publicitária, induzir a população a consumir mais carne suína.

Mas, um aumento de consumo resolverá todos os problemas do setor? É uma pergunta a ser analisada.

A produção suínica brasileira representa uma taxa de aproveitamento de cinquenta e seis por cento de média nacional.

Nos Estados do Sul, face a criação mais racional, o Paraná representa uma taxa de desfrute de setenta e um por cento; o Rio Grande do Sul, uma taxa de oitenta e um por cento e o Estado de Santa Catarina, uma taxa média de oitenta e três por cento.

Mas esses fatores parecem não sensibilizar o Governo Federal.

Além de enfrentarem problemas com os preços, os produtores podem voltar a se debater contra a famigerada peste africana.

Alguns produtores de nossa região estão temerosos quanto ao retorno da epidemia.

Sabemos, por informações que nos chegam através da imprensa, que o Ministério da Agricultura pretende desenvolver um Programa de Combate à Peste Suína nos Estados do Sul, para o qual utilizará recursos da ordem de oitenta e cinco milhões de cruzeiros.

O que teme o produtor oestino é a morosidade do Governo Federal com relação ao início dessa campanha.

Sabe-se que o Programa será implantado de forma lenta e progressiva, atingindo inicialmente o Paraná, onde serão empregados recursos da ordem de 6,2 milhões de cruzeiros.

Mas, esse projeto teria de ser iniciado em janeiro e não foi.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos solicitando o apoio deste Plenário para requerimento que apresentamos à Mesa, sugerindo o envio de expediente ao Ministério da Agricultura, visando o início imediato do Programa de Combate à Peste Suína nos Estados da Região Sul do País.

Não vamos esperar que a epidemia atinja o nosso rebanho para depois realizar a vacinação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de apoio ao movimento dos agricultores que exigem prorrogação no prazo de vencimentos dos financiamentos de custeio de soja para até o final do mês de julho.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

O Movimento desencadeado pelos agricultores filiados à COOPAVEL, e que já conta com endosso de lideranças como por exemplo das Associações Comerciais e Industriais da região através da CACIOPAR e ACIC.

Reclama o Movimento, atenção das autoridades responsáveis pelo setor, sobre a perigosa dependência a que está sendo conduzido o mercado da soja, e exige a prorrogação no prazo de vencimento dos financiamentos de custeio da soja para até o final do mês de julho.

Segundo aquelas entidades de classe, a medida é imprescindível, e seu atendimento virá demonstrar que a propalada prioridade agrícola realmente existe e não significa expoliação aos agricultores.

Temem os produtores, tendo em vista a morosidade oficial registrada ao final de 1980, que mais uma vez lhes falte apoio governamental no momento decisivo.

Os recursos liberados via EGF são totalmente insuficientes para fazer frente aos custos desembolsados pelo produtor; a amortização dos financiamentos de custeios e investimentos e ainda a participação com recursos próprios que é exigida do agricultor na formação das lavouras de inverno, provocam extrema dependência financeira, que estará encurralando o produtor, forçando-o à venda maciça e concentrada de sua produção para amortizar seus débitos.

E desta forma, diante da fragilidade do produtor e da força adicional que o próprio Governo lhe estará proporcionando, intermediários e multinacionais não terão qualquer escrúpulo em manipular ainda mais lesivamente o mercado, oferecendo preços aviltados pela soja.

Isto posto, segundo a classe e, considerando as perspectivas de melhores cotações a nível internacional para o período julho-agosto, é imprescindível a prorrogação no prazo de vencimento dos financiamentos de custeio de soja para até o final de julho, sendo que tal prorrogação oferecerá aos plantadores de soja, a tranquilidade indispensável a comercialização da safra em igualdade de condições e justiça com outras áreas produtoras.

Este fator trará melhores resultados para o agricultor e maiores divisas para o País.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER expressa manifestação do Plenário, para aprovar VOTO DE APOIO à Emenda Constitucional proposta pelo Deputado ALBERICO CORDEIRO (PDS-AL) que amplia de seis para doze meses o prazo de desincompatibilização dos componentes de cargos do Poder Executivo, que pretendam concorrer em eleições.

Que da decisão dê-se ciência ao Deputado proponente e às Lideranças partidárias no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Das mais louváveis é a iniciativa do Deputado pedessista Alberico Cordeiro.

Esta Casa deve expressar seu apoio, porque enquanto surgem proposta inconsistentes e até imorais que pretendem alterar a legislação eleitoral, para pior, esta Emenda Constitucional visa um objetivo salutar e altamente moralizante.

Impedir o uso da máquina administrativa, inibir o tráfego de influência e propiciar a igualdade de situação entre os candidatos a cargos eletivos é moralizar a prática eleitoral.

Estes são os objetivos salutaros que busca a emenda, eis que além disso, será também, de valiosa contribuição para impedir a corrupção eleitoral com o desvio da função administrativa no favorecimento pessoal dos que, como candidatos, detenham cargos públicos, e deles se servindo para se elegerem.

REQUERIMENTO.

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, EDSON NEVES GUIMARÃES, Digníssimo Secretário das Finanças e LUIZ CIRUELO SOBRINHO, Digníssimo Diretor da Coordenação da Receita do Estado, solicitando a instalação de Agência de Rendas para o Município de Três Barras do Paraná, recentemente emancipado de Catanduvas.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Em 1975 a Agência de Rendas do então Distrito de Três Barras, pertencente ao Município de Catanduvas, foi fechada e até agora os contribuintes vêm sofrendo prejuízos com essa situação.

Ocorre que o movimento de ICM de Três Barras foi se elevando de ano a ano, na medida em que o comércio e a indústria iam ampliando as vendas, alimentadas pelo crescimento progressivo da agricultura, pecuária e suinocultura.

Mesmo com esse desenvolvimento, e apesar das reivindicações das lideranças locais, a Agência ainda não foi reinstalada, fato que vem propiciando obstáculo impeditivo do seu natural surto de progresso. Basta dizer que Catanduvas está há cerca de 40km de Três Barras e as guias de expedição são feitas na (ainda) sede municipal.

Entretanto, convém ressaltar que grande parte dos produtos são comercializados com o sudoeste, transpondo a balsa que demanda a Salto do Lontra, acarretando assim um sério impasse e pesado ônus aos consumidores.

Além disso, o distrito mencionado emancipou-se recentemente com o nome de Três Barras do Paraná, o que representa prova irrefutável de capacidade e necessidade de reimplantação da Agência local de Rendas.

Aliás, outro fator significativo e concludente dessa reivindicação é o fato de que, dispõe hoje o novo município, de quase 10.000 (dez mil) eleitores, número que representa uma população entre 40 a 50 mil habitantes.

Convém ainda ressaltar que está em adiantada fase de execução a pavimentação asfáltica da rodovia que liga Catanduvas a Três Barras do Paraná, a qual facilitará o acesso à futura usina Hidrelétrica do Salto Caxias, cuja construção está prevista para breve.

A força econômica do novo município é ainda atestada pelo movimento da agência do Banco Itaú e também do posto avançado do Banco do Brasil.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que se oficie aos Srs. Presidentes do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e do Instituto de Terras e Cartografia, solicitando urgentes providências, no sentido de se intensificar a fiscalização dessas entidades, em toda a região da USINA CAPIVARA, visando coibir abusos e desmandos de caçadores inescrupulosos que estão praticando verdadeiro extermínio de valiosos espécimes da fauna paranaense, com a evidente ameaça da extinção de alguns desses espécimes.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

O que vem se constatando hoje em termos de incrível morticínio de valiosos espécimes da fauna de nosso Estado na região da USINA CAPIVARA praticado pelos caçadores e vândalos que não possuem a menor sensibilidade e não pensam, em conservar para o futuro essa riqueza imensa que possuímos, não se configura nas poucas linhas de uma justificativa a um requerimento, que tem por mira alertar as autoridades responsáveis, visando que ainda em tempo, se ponha um fim a esta calamitosa ameaça de extinção.

É mesmo de estranhar a ausência de uma fiscalização mais severa e de medidas punitivas que possam, afinal, gerar a preservação desses importantes espécimes de nossa fauna.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que se oficie ao Sr. Secretário dos Transportes, Engenheiro NIVALDO ALMEIDA, solicitando a interferência dessa autoridade junto à REDE FERROVIÁRIA FEDERAL e à FEPASA, em São Paulo, no sentido de ser prontamente restabelecida a ligação ferroviária entre as cidades de OURINHOS e MARINGÁ, face ao relevante serviço que prestava à importante parcela da gente paranaense que reside entre as cidades acima mencionadas.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

JUSTIFICATIVA:

A ligação ferroviária entre Ourinhos, no vizinho Estado de São Paulo e Maringá, em nosso Estado, vinha, através dos anos, prestando, de fato, os mais relevantes serviços a toda uma comunidade e representava, por outro lado, ponderável parcela na economia de combustível, já que o referido trecho é feito agora pelos ônibus da Viação Garcia.

Ora, é de estranhar que no exato momento em que o Governo Federal recomenda ao povo brasileiro que poupe o mais que puder poupar, verifique-se a adesão de uma medida anti-econômica e anti-social, gerando o descontentamento dos que já se haviam habituado ao transporte ferroviário, mais barato e capaz de atender plenamente os reclamos gerais, fazendo muita gente supor que estejam em jogo escusos interesses de uma poderosa empresa de transporte rodoviário que detém o monopólio das ligações inter-municipais e inter-estaduais, em prejuízo da valorosa gente interiorana que dá ao Paraná decisiva contribuição para o seu progresso e engrandecimento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Garbi, Presidente da TELEPAR, solicitando que seja urgenciada a instalação do monocal telefônico no Distrito de Nova Concórdia, Município de Toledo.

Solicita, também, que seja enviada cópia deste à Câmara Municipal de Toledo.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de VOTO DE APOIO ao agricultor MARCELO BARTH, pelo posicionamento tomado em relação às reivindicações do Movimento Justiça e Terra.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Movimento JUSTIÇA E TERRA, que hoje conta com o apoio de vários segmentos de nossa sociedade, inclusive do próprio Governo do Estado, pretende, conforme declarações de um de seus líderes, o agricultor MARCELO BARTH, acampar parte dos agricultores expropriados por ITAIPU, na Capital Federal, para sensibilizar, quem sabe ainda mais, as autoridades responsáveis pela tomada de medidas justas e que venham a colocar um ponto final no impasse criado devido a falta de sensibilidade e de diálogo por parte da alta direção da ITAIPU BINACIONAL.

Evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Movimento Justiça e Terra aguardará o levantamento final que o ITC vem realizando sobre a realidade dos preços das terras a serem alagadas, bem como em relação ao mercado imobiliário da região Oeste do Estado.

Se tal levantamento não comprovar que os preços que os agricultores expropriados exigem, é o de justiça, o impasse continuará por tempo indeterminado.

Não se trata de ameaça, mas da tomada de um posicionamento, o qual fica pendente do resultado do levantamento do ITC e das conversações que deverão haver entre as partes interessadas, ITAIPU, agricultores e Governo do Estado do Paraná.

Essa medida preventiva merece, de nossa parte, apoio e solidariedade, pois unânimes, somos favoráveis a que se pague preço justo aos expropriados bem como se promova o reassentamento em terras paranaenses.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, Dr. ALÉSSIO VAZ PRIMO, solicitando a instalação de um Posto Avançado do Banco do Brasil no Distrito de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

O andamento das atividades econômicas do Distrito de Santa Terezinha ressoa-se, há bom tempo, da presença de um Posto Avançado do Banco do Brasil.

O progresso e pujança de Santa Terezinha é visível em diversos setores que justificam a urgente necessidade e instalação desse departamento bancário oficial, para atender, em especial, o setor agrícola.

Podemos dizer que Santa Terezinha encontra-se à frente de grande número de municípios paranaenses, tanto assim que existem estudos, segundo a vontade da população local, em transformar o distrito em município.

Conta a localidade de Santa Terezinha atualmente, entre outras obras e melhorias, uma agência do Banco do Estado do Paraná, uma agência do Banco Bamerindus do Brasil, uma agência REPRO do Banco do Brasil, sub-prefeitura, correios e telégrafos e 200 aparelhos telefônicos ligados ao sistema DDI.

Dessa forma, consideramos de vital importância, para que a continuidade desenvolvimentista de Santa Terezinha não seja interrompida, que se instale com urgência este Posto Avançado do Banco do Brasil.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da TELEPAR, GILBERTO GARBI, solicitando a instalação de 04 (quatro) telefones públicos no Rincão São Francisco, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 1981.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

O Rincão São Francisco é hoje sem dúvida em Foz do Iguaçu um dos bairros de maior crescimento e mais populoso, se concentrando no mesmo, além de grande número de residências, um comércio crescente, escolas, órgãos do serviço público etc.

Na atualidade, apenas 70 aparelhos telefônicos existem

em todo o bairro, atendendo a seus proprietários. A maioria dos moradores, embora alguns orelhões já instalados, ressentem-se do serviço telefônico.

Dessa forma, encareço à Telepar, no sentido de determinar a instalação de quatro orelhões no Rincão São Francisco, a saber: 1 (um) em frente ao Mercado Santo Antônio, 1 (um) nas proximidades do Grupo Escolar do Morumbi II, 1 (um) em frente a Imobiliária Vila Borges e mais 1 (um) no Ponto Final da lotação (coletivo).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Cel. Osvaldo Cruz, DD. Diretor do Departamento de Trânsito (DETRAN), apelando para que seja determinado maior policiamento no sentido de coibir os abusos de determinados motoristas que transitam pela cidade e muitas vezes em horas avançadas da noite com o escape de seu veículo aberto, produzindo infernal ruído e com isso perturbando o sossego público.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, atendendo os reclamos de considerável parcela da população curitibana, inconformada com a decisão irracional do Engenheiro Chefe do 9.º Distrito Rodoviário, que determinou, contra todas as indicações técnicas e do bom-senso, alterações no cruzamento da BR-116 com a Avenida Salgado Filho, dentro do perímetro urbano, causando enormes prejuízos e percalços ao tráfego.

Requer seja endereçado, ao Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, apelo no sentido de serem tomadas as necessárias providências para restabelecer a situação anterior.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

Os veículos que trafegam pela Av. Salgado Filho, no sentido Centro de Curitiba – São José dos Pinhais, na confluência com a BR-116, são obrigados atualmente a convergir para a direita, ao longo desta Rodovia, numa extensão de cerca de um quilômetro, até encontrar a passagem para a pista lateral, por onde retorna ao ponto de cruzamento.

O seguinte quadro apresenta as conseqüências danosas, observadas sob os mais diversos ângulos de interesse coletivo.

1 – AUMENTO MENSAL DE QUILOMETRAGEM

1.1. – AUTO VIAÇÃO MARECHAL

LINHAS	VIAGENS/MÊS
Uberaba	2.882,10
Centaurus	2.305,80
Guabirubá	2.601,30
São Paulo	2.762,10
Vila Lorena	420,00
Vila Sofia	1.000,80
TOTAL	11.972,10

KM 11.972,10 X 1 KM

1.2 AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

LINHAS	VIAGENS/MÊS
São José – Curitiba (V. Uberaba)	2.190
Aeroporto – Curitiba (V. Uberaba)	390
Conjunto Júpiter	210
Jardim Independência	120

TOTAL	2.910	
KM -2910 X 1 =2910 KM/MÊS		
1.3 TOTAL		
A.V. Marechal	11.972,10	
A.V. São José	2.910	
TOTAL	14.882,10	
2 – AUMENTO DO CUSTO MENSAL		
CUSTO/KM =Cr\$ 37,30 (Base cálculo janeiro/81)		
KM/MÊS	Cr\$/KM	Cr\$/MÊS
A.V. Marechal	11.972,10 X 37,30	446.559,33
A.V. São José	2.910,00 X 37,30	108.543,00
		555.102,33

Em uma época em que se procura de todas as maneiras possíveis diminuir os custos do transporte nos deparamentos com medidas inexplicáveis que causam ao transporte coletivo da região um aumento de custo mensal na ordem de Cr\$ 555.102,00, provocando-se um aumento tarifário do usuário.

3 – AUMENTO DO CONSUMO MENSAL DE DIESEL

CONSUMO/KM	- : 0,4081 l/KM	
KM/MÊS	CONS.	L/MÊS
A.V. Marechal	: 11.972,10 : 0,4081	= 29.336
A.V. São José	: 2.910,00 : 0,4081	= 7.131
		36.467

Observações:

A medida aplicada pelo DNER/PR, provocou um aumento de 36.467 L/MÊS de diesel no consumo para as duas empresas da região sem considerarmos outros veículos dos moradores do bairro de Uberaba que são, também, obrigados a executar o trajeto em seus deslocamentos.

4 – RISCOS DE ACIDENTES

Quando da existência do semáforo no cruzamento, tinha-se plena segurança de tráfego, sendo mínimo o número de acidentes e dificilmente com vítimas. Atualmente podemos apontar cinco hipóteses em que poderão acontecer acidentes fatais, pondo em risco o que mais devemos preservar: Vidas Humanas.

4.1. – SENTIDO SÃO JOSÉ – CURITIBA

a – Travessia da pista sentido PORTO ALEGRE – SÃO PAULO da BR-116, sem semáforo. Na época de inverno a visibilidade torna-se nula no cruzamento, devido á névoa existente na região.

b – Travessia da pista sentido SÃO PAULO – PORTO ALEGRE da BR-116, sem semáforo com o agravante da pista possuir longo declive, em que os veículos que trafegam pela BR-116 desenvolvem alta velocidade, sem a devida fiscalização do DNER.

4.2 – SENTIDO CURITIBA – SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

a – Entrada na pista sentido SÃO PAULO – PORTO ALEGRE da BR-116, com tendências de direção para o lado esquerdo da pista (lado do retorno) provocando um corte à esquerda do tráfego de veículos da BR em apenas 500m.

b – Espera na pista recuada (acostamento) antes do retorno, porém nas horas de maior movimento a mesma é totalmente tomada, ficando os veículos parados na pista de rolamento da BR-116, com riscos de acidentes na traseira (já ocorridos). Notando-se as freadas longas e violentas na BR-116 para se evitar este tipo de acidente. Com a falta de visibilidade no inverno este risco aumentará mais ainda.

c – Cruzamento perpendicular da pista, no sentido PORTO ALEGRE – SÃO PAULO da BR-116 para se alcançar o remanso e acostamento da mesma, com o agravante de não possuir iluminação alguma.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de TELEX propondo Votos de Aplausos ao Dr. Eduardo

Seabra Fagundes e demais Conselheiros, pela gestão frente Conselho Federal da OAB — Ordem dos Advogados do Brasil.

Outrossim, requer que do presente seja dado ciência ao Dr. Eduardo Seabra Fagundes e demais Conselheiros, no endereço da OAB no Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) José Tavares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o artigo "Dilapidador de Mandatos", de autoria de Marçal Versiani, publicado no jornal "O Estado de São Paulo", em 07.04.81. Para tanto encaminha em anexo cópia da publicação do citado trabalho.

Requer, ainda, que da aprovação desta se dê conhecimento ao autor da matéria bem como ao órgão que a publicou.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Pinto Dias.

JUSTIFICATIVA:

Os órgãos de imprensa do País vêm noticiando com frequência o anúncio feito pelo Deputado Bezzerra de Mello (PDS-SP) referente à prorrogação dos mandatos dos Deputados e Senadores.

Repudiamos totalmente qualquer medida nesse sentido e temos certeza absoluta que todos os demais membros desta Casa participam desta nossa posição.

Trata-se de uma verdadeira incongruência qualquer atitude nesse sentido. Quando em nosso País vem soprando o vento da abertura e da redemocratização não é possível admitir uma proposição dessa que, verdadeiramente, compromete todos os princípios do nosso sistema representativo.

Deixamos aqui nosso repúdio a qualquer iniciativa no sentido de prorrogar os mandatos dos Deputados e Senadores. Uma iniciativa dessa é antidemocrática e imoral. É tirar do povo o direito de escolher os seus representantes, é tirar do povo o direito de participar da própria evolução História do País.

Por essa razão solicitamos seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo de Marçal Versiani, do jornal "O Estado de São Paulo", que analisa com bastante profundidade o assunto, demonstrando com bastante clareza os prejuízos morais que tal medida acarretará para a Nação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de apelo ao Sr. Governador e ao Secretário de Recursos Humanos, Sr. Segismundo Morgenstern, no sentido de que seja enviada a esta Casa, com urgência, mensagem regulamentando a aplicação da contagem recíproca do tempo de serviço, tendo em vista de a recente regulamentação da Lei Federal que tratou do assunto.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1.981.

a) Gabriel Sampaio.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 29/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Estado do Paraná autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Iporã as datas de n.ºs 11, 12, 13 e 14 da Quadra 74 da planta da referida cidade, com a área total

de 2.025 m², havidas da Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda. — SINOP, conforme escritura lavrada em 30 de outubro de 1964, transcrita no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã, sob n.º 447 do Livro 3 das transcrições, Tálão n.º 5, página 47, para a construção de edifícios públicos.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de abril de 1981.

a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que ora propomos à apreciação dos nobres Pares tem por escopo viabilizar à Prefeitura Municipal de Iporã a construção de edifícios públicos necessários, dentre os quais uma casa para uso do Promotor de Justiça.

Concretizada esta medida, cremos que o interesse coletivo estará sendo atendido a exemplo de soluções anteriores relacionadas com outros Municípios.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur). — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos interesse, na realidade, é darmos e prestarmos auxílio aos municípios que representamos, sem olharmos os Prefeitos que os administram, que os conduzem, que os dirigem.

Assim é o caso de Paranaguá.

Paranaguá, governada por um Prefeito do Partido Popular, politicamente não nos afinamos, mas respeitamos os interesses de Paranaguá, que estão acima de todos os caprichos e revanchismos políticos. E hoje, em conversa que mantivemos com o Secretário de Desenvolvimento dos Municípios, Dr. Saul Raiz, conseguimos seis milhões de cruzeiros para o Município de Paranaguá, a fim de serem usados preferencialmente nos bairros mais carentes, mais necessitados, em problemas pertinentes à iluminação, água, saneamento, enfim, tudo que seja básico para as populações mais carentes do nosso litoral.

Os seis milhões estão à disposição do Sr. Prefeito Municipal de Paranaguá, para que, dentre as obras que ele entender sejam prioritárias, entendemos nós que é prioridade máxima a iluminação nas colônias Quintilha, Maria Luísa e Pereira.

Estamos contatando com os membros do Diretório do PDS, de Paranaguá, a fim de recebermos sugestões para, em conversa com o Dr. Saul Raiz, esclarecermos o que é mais importante para a região litorânea.

Fazemos esta declaração para que fique bem claro, para que fique evidenciado que, além de não obstar, além de não dificultar os passos do Prefeito Municipal de Paranaguá, muito pelo contrário, estamos arranajando benefícios, importâncias significativas, seis milhões de cruzeiros.

Entendemos que esta é uma forma de fazer política sadia, de fazer política no bom sentido, de olhar como disse no início, e repito no final. "Antes de mais nada, o Município e não o Prefeito que o dirige, que o administra".

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença neste plenário, do Sr. Paulo Virgílio Savarin, Prefeito Municipal de Antonina.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Lê). "Na semana que passou todos os brasileiros foram alertados quanto ao consumo de carne suína, tendo em vista a detecção de CISTICERCOSE nos rebanhos suínos de vários Es-

tados. Foi impressionante a insistência com que diversos órgãos da imprensa trataram do assunto.

Todos sabemos, e ainda nos lembramos, do revés que a suinocultura sofreu em todo o Brasil quando da famigerada Peste Suína Africana, que até hoje não recebeu uma justificativa a contento e nem um esclarecimento de sua real existência. Mas ouvimos inúmeros depoimentos de que a Peste Suína, de então, não passava de uma invenção ou de um jogo sujo e de interesses de multinacionais interessadas na introdução de determinada raça híbrida, e interessada no monopólio do comércio da carne suína no Brasil. Também sabemos que os implicados diretos daquela "Peste Fantasma" e inventada se encontram incólumes e que continuam se articulando, livremente, no sentido de golpear definitivamente a suinocultura brasileira.

Agora nos encontramos diante do fantasma da Cisticercose, cujo alarde, conforme informações colhidas junto a diversos açougues da Capital, já reduziu a venda da carne suína em mais de 30%. Já se falou muito da Cisticercose sem dizer, no entanto, o que realmente é esta doença e quais são suas consequências mais evidentes na vida do homem.

Na realidade, o rebanho suíno brasileiro sempre foi portador deste verme em proporções nunca merecedoras de alarde tal qual se está fazendo nos dias de hoje. Ora, o suíno portador do verme da Cisticercose não passa de uma vítima do próprio homem, ou melhor, uma vítima da falta de estrutura sanitária do meio agrário. O suíno só será portador desta doença depois de ingerir fezes humanas infestadas de solitária. Sendo este o círculo de contágio, não há motivo para se voltar a uma provável matança generalizada de animais, como já aconteceu em épocas passadas, quando da inexplicada Peste Suína Africana.

As proporções de ocorrência da Cisticercose não aumentou no rebanho suíno paranaense nos últimos cinco anos, antes a tendência foi de baixar, ou seja: não ultrapassou a proporção de um animal portador em cada mil animais abatidos em frigoríficos federalizados do Estado do Paraná; isto são dados da Associação dos Veterinários do Oeste do Paraná. Portanto, não se trata de um surto, como alguns interesseiros inescrupulosos tentam impingir na opinião pública paranaense e brasileira.

Nos aproveitamos deste expediente para alertar as autoridades da Secretaria da Agricultura e outras responsáveis da área sanitária, para que tomem medidas drásticas e não se deixem influenciar por interesses escusos e alheios ao desenvolvimento da suinocultura paranaense.

Estranhamos muito que o Governo do Estado, já de pronto, não se manifestou a respeito e nem orientou a opinião dos consumidores quanto à abrangência da Cisticercose e de sua real existência em nosso Estado. Estranhamos também que a campanha que vinha se desenvolvendo para o incentivo do consumo da carne suína, não está mais ocorrendo. Todos sabemos que esta campanha era um dos compromissos que o Governo do Estado assumiu, quando da crise e do movimento dos suinocultores em nosso Estado em fins do ano passado.

O não cumprimento deste compromisso por parte do Governo nos leva a incriminá-lo como conivente na invenção de um surto maligno no rebanho suíno paranaense. Não nos esqueçamos que a suinocultura no Paraná já foi, em épocas passadas, um dos principais sustentáculos da economia e do desenvolvimento de nosso Estado, tal qual ainda o é no Oeste e Sudoeste do Paraná.

Portanto, deixamos, desta tribuna, o nosso alerta para os responsáveis maiores da suinocultura, para que não nos deixemos envolver por mais um fantasma que virá servir aos inimigos de nosso povo e aos entreguistas de nossa Pátria."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Na madrugada do último dia 3, o arbítrio e a violência estenderam suas garras contra o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina. Um aparato policial de 70 homens armados, derrubou paredes, atacou estudantes, tomou posse da sede do DCE, seqüestrou seus bens. Uma ação que atenta contra a consciência democrática do povo de Londrina e de todo o povo paranaense. Uma ação que procura relembrar os dias mais negros da repressão fascista.

Tão repudiante foi tal iniciativa que se fez à revelia, inclusive do Governador em exercício, Hosken de Novaes, que vinha desenvolvendo gestões para encontrar uma fórmula democrática e digna de resolver a pendência entre os estudantes e a Reitoria da FUEL.

A indignação é grande. E maior fica na medida em que observamos a omissão de pessoas como o Secretário de Educação que, com o seu silêncio, seu apoio surdo, demonstrou sua conivência com atos de tal natureza. É triste, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ver que as questões que envolvem as relações dentro de uma Universidade serem tratadas como problema de polícia. Isto denigre a instituição. Nos remete aos tempos da Inquisição. E o Senhor Secretário de Educação se comporta como se nada pudesse fazer diante de tal arbitrariedade. Melhor, se comporta como cúmplice da arbitrariedade.

Pensa o Reitor da Universidade, e todos aqueles que tramaram aquela violência contra o DCE-livre da FUEL, que o seqüestro da sede e dos bens da entidade porá fim à livre representação, a livre expressão estudantil que reclama melhores condições de ensino. Pensa o reitor e também pensam os policiais que executaram tal ordem, que assim desaparecerão as denúncias sobre a incúria administrativa na Universidade Estadual de Londrina. Pensa o Senhor Secretário de Educação que esta é a maneira de resolver os problemas de sua pasta.

Tenho certeza, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Paraná não merece um Secretário de Educação como este, porque não merece que os seus problemas educacionais, que os seus professores e os seus problemas universitários, sejam tratados como problemas de polícia. Se este Governo mantém compromissos mínimos de respeito à população e à própria dignidade deste Estado, certamente substituirá a omissão e a conivência com a violência e o arbítrio, que hoje administra os negócios da educação. Como substituirá o arbítrio e a violência que regem os destinos da Universidade Estadual de Londrina? É a resposta mínima que o Governo pode dar neste caso, para resgatar, no mínimo, os princípios de dignidade que devem orientar pessoas de tão alta responsabilidade.

Que formação estamos dando aos universitários de Londrina? Por certo aprenderam, no último final de semana, que as questões em nossa sociedade devem ser resolvidas pela violência. É o que fala mais alto. Mais alto que o conhecimento, que a inteligência, que as relações democráticas.

Esperamos que o Governo tome atitude drástica. Remova de funções tão importantes como a Secretaria de Educação e a reitoria da FUEL, homens que não estão preparados para exercê-las. É o mínimo que se pode esperar."

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Sampaio, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Há algumas semanas atrás, o Ministro da Agricultura, Amaury Stábile, foi indagado por um repórter porque os preços dos alimentos tem subido mais do que a inflação, se o Governo anuncia que a produção agrícola está em crescimento, principalmente nos dois últimos anos?

Para a surpresa de todos, o Ministro não soube responder e

procurou desviar o assunto. Essa atitude, bem demonstra a posição do Governo Federal com relação aos abusos que estão sendo cometidos dia-a-dia em cima do consumidor.

Ninguém tem a resposta, na área do Governo, para a pergunta formulada a Stábele. Alguns técnicos governamentais desconfiam — é esse mesmo o termo, desconfiam — que a modernização do sistema de abastecimento, não foi aproveitada em benefício do consumidor.

Mas o concreto da ineficiência da política do Governo Federal com relação ao abastecimento pode ser sentido, no dia-a-dia, pelo consumidor. Basta pegar uma lista de preços de alguns anos atrás para se constatar o abuso que está se cometendo contra o brasileiro que precisa comer todo dia. Há cinco anos, uma lata de leite custava 10 cruzeiros. Hoje sai cerca de 150 cruzeiros. Um tablete de manteiga custava 5 cruzeiros. Hoje, a mais barata está em torno dos 60 cruzeiros.

Uma pesquisa feita em São Paulo mostrou que os preços dos alimentos aumentaram cerca de 1.000% nos últimos cinco anos, acima da inflação.

O Governo põe a culpa dos preços altos nos atravessadores. Mas serão realmente eles os culpados? Uma pesquisa realizada pela Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo mostrou que nem sempre é o atacadista o vilão.

O preço que o consumidor paga é a soma do preço do produtor, mais as margens do atacadista e do varejista. Mas, no final desta soma, nem sempre as margens estabelecidas para os atacadistas e varejistas são as mesmas estabelecidas quando da compra do produtor.

O que efetivamente encarece o alimento é a falta de uma política nacional de abastecimento realmente eficiente, que evite que produtos sejam jogados aos rios para que depois tenhamos de importá-los de outros países, como vem acontecendo ultimamente.

Assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vamos sugerir hoje a esta Casa que, assim que for possível, seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar a questão do abastecimento dos gêneros de primeira necessidade em nosso Estado.

Com o trabalho desta CPI, poderíamos tentar desvendar algumas questões como as seguintes:

1 — Por que os preços dos alimentos aumentaram cerca de 1000% acima da inflação, nos últimos cinco anos?

2 — Qual o processo a que é submetido o produto básico na alimentação (arroz, feijão, carne, etc.) desde o produtor até o consumidor?

3 — Como são fixadas as margens do atacadista e do varejista sobre esses produtos?

4 — Com que organismos conta, efetivamente, o consumidor para a sua defesa junto ao varejista que exorbita em seus lucros?

5 — Qual a efetiva atuação da SUNAB e quais os motivos que levam o órgão a ser realmente atuante?

6 — Qual a real participação nos custos dos gastos com combustíveis no transporte de produtos desde a sua fonte até o consumidor?

7 — Afinal o que realmente aconteceu com o feijão preto, no ano passado, quando o produto desapareceu do mercado para surgir alguns meses depois, por um preço bem superior?

8 — Quais os números reais das safras paranaenses, nos últimos dez anos, e como os produtos foram comercializados, no Brasil e no Exterior?

9 — Até que ponto a fixação de preços mínimos pelo Governo, para determinados produtos, influi na produção destes?

10 — Como o produtor encara o subsídio dado pelo Governo Federal a determinados produtos?

De posse destas respostas acreditamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a Assembléia Legislativa do Paraná poderá dar um grande exemplo ao País, desvendando o que efe-

tivamente influenciou para que o custo de vida hoje chegasse a limites insustentáveis, provocando a miséria, o êxodo rural e a violência urbana.

A CPI do Consumidor poderá responder!"

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bernardi.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna Sr. Presidente, requerer um voto de solidariedade aos diretores do Jornal "Nosso Tempo" de Foz do Iguaçu. Juvêncio Mazarolo, Aluísio Palmar e João Adelino de Souza, por estarem sendo enquadrados nos artigos 14 e 42 da Lei de Segurança Nacional.

Sr. Presidente, somos forçados a contestar a abertura política, somos forçados a vir a esta tribuna Sr. Presidente, para dizer que democracia neste País, é uma das mais acintosas falsidades à cultura universal.

Quando um jornal Sr. Presidente, em pleno crédito do regime democrático que se busca avizinhar, é violentado através de seus diretores por exprimirem a opinião desse jornal a respeito do comportamento de autoridades, de fatos e de ocorrências surgidas em Foz do Iguaçu, nós somos forçados a declarar que realmente, não se sabe quem tem autoridade para dizer neste País, dos seus rumos.

Ocorre Sr. Presidente, que a imprensa paranaense retrata hoje, que três jornalistas deste periódico, estão sendo envolvidos em inquérito policial presidido por delegado especial da Polícia Federal, pelo fato, entre outros, de ter comentado existir uma falta de respeitabilidade para com as autoridades de Foz do Iguaçu, provavelmente. Trata-se de uma atitude de força, de repudiante violência o fato de pretenderem as desconhecidas autoridades, enquadrarem os jornalistas mencionados na Lei de Segurança Nacional, simplesmente porque exercem a espinhosa e corajosa missão profissional de informar.

Pelo fato que se deduz, as autoridades ofendidas revoltaram-se com um artigo inserido na página dois daquele periódico, de número dezesseis, que retrata, por sua vez, uma conversa obtida no 34.º Batalhão de Artilharia de Foz do Iguaçu, onde se encontravam presentes o Coronel Comandante do Batalhão, o Coronel Prefeito de Foz do Iguaçu, e outro militar, um advogado da prefeitura, os quais convidaram Juvêncio Mazarollo, para uma reunião comunitária.

Este artigo se encontra neste jornal e tendo o jornalista retratado esta matéria, estava também junto ao Juiz de Direito, e a notícia se deu com o título: "Juiz e Coronel armam emboscada".

Ora, se o País procura viver um clima de distensão, de alívio das opressões, e entende que os espaços foram abertos para que o ar democrático fosse respirado, é incompreensível e inaceitável o argumento de que a Segurança Nacional está em jogo pelo fato da imprensa noticiar fatos ou retratar artigos profissionais, em pleno exercício e gozo de seus direitos.

Se há uma Lei de Imprensa em vigor, e ocorrendo excesso de livre expressão de pensamento, o estatuto próprio seria a lei específica mas nunca a lei que vem substituindo o AI-5 que além de abusiva, violenta a liberdade e o próprio exercício da profissão de informar.

É preciso informar que Juvêncio Mazarollo é Secretário do Partido da Oposição, do PMDB de Foz do Iguaçu.

Sr. Presidente, o assunto teve repercussão nacional, tanto que o Deputado Osvaldo Macedo já pediu a intervenção do Ministério da Justiça na questão do Jornal "Nosso Tempo". Não é possível falarmos em democracia e respirarmos o arbítrio. Não

é possível ficarmos pasmados diante destes fatos abusivos que autoridades subalternas ficam a promover, buscando subsídios na Lei de Segurança Nacional.

Quero concluir dizendo que em Foz do Iguaçu, depois de retrarem também um artigo de Charles Chaplin em que diz: "Os Ditadores libertam-se, porém escravizam o povo, lutamos agora para libertar o mundo, abater as fronteiras nacionais, dar fim à ganância, ao ódio, à prepotência, lutemos por um mundo de razão, um mundo em que a ciência e o progresso conduzem à ventura de todos nós." — numa das edições, parece-nos que estão sendo enquadrados na Lei de Segurança Nacional por palavras ditas por aquele cineasta.

Por esta razão houve este enquadramento na Lei de Segurança Nacional e aqui pedimos, Sr. Presidente, à Assembléia, em desagravo, a esta atitude opressora, que votem este requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque, inscrito.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê):

"Sinto-me na obrigação de vir à tribuna desta Casa, com a finalidade de expor um assunto que considero da mais alta significação, não apenas para os Parlamentares, mas especialmente para a opinião pública do Estado.

É do conhecimento geral o fato de o Governador Ney Braga ter criado recentemente a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, entregando-a ao comando do engenheiro Saul Raiz, que há longos anos vem prestando sua colaboração direta a Ney, a quem está ligado por sólidos laços de amizade. Tal Secretaria, na concepção do nosso Governador e de seus auxiliares mais diretos, foi criada para constituir-se num canal aberto entre os prefeitos municipais e os vários setores que compõem a administração Ney Braga.

Na verdade, a criação de uma nova Secretaria de Estado, no contexto vivido hoje pelo Paraná, justifica-se plenamente, de vez que o Governo deve aparelhar-se da melhor maneira possível para fazer frente aos desafios que lhe são postos continuamente. Assim, a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios foi implantada pelo Governador para dar atendimento à nova configuração populacional do Estado, que conta com uma população urbana de 60 por cento, quando em 1970 essa população era de 40 por cento. Esse quadro novo exige um atendimento especial às cidades, em função da necessidade de seu aparelhamento para que possam absorver o deslocamento da população que migra do campo.

E já nos primeiros dias de sua existência a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios saiu a campo para realizar sua função, sendo que nos dois encontros mantidos pelo Governador Ney Braga com os prefeitos das microrregiões de Jacarezinho e Cianorte, o titular da Pasta, engenheiro Saul Raiz, repassou aos prefeitos dos municípios lá representados, a importância de 350 milhões de cruzeiros, para a construção de obras de infra-estrutura básica.

Diante desse fato, até certo ponto inusitado na forma de atuação do atual Governo, cumpre-nos o dever de esclarecer eventuais preocupações quanto à forma e procedimento do Governo Ney Braga quanto à distribuição de verbas públicas para atender carências a nível municipal e regional. Todos sabem que o Governador Ney Braga tem se caracterizado como um administrador atento e austero com os gastos públicos, por se tratar de dinheiros oriundos do Tesouro Geral do Estado, fruto da arrecadação de impostos junto aos contribuintes, que pagam em dia seus compromissos para com o Governo.

Para esclarecer o pensamento e a posição do Chefe do Executivo paranaense quanto à liberação de verbas pela Secre-

taria de Desenvolvimento dos Municípios, o Governador determinou ao Secretário Vilson Deconto, do Planejamento, que acione os mecanismos de sua Pasta no sentido de acompanhar o cronograma de desembolsos financeiros, bem como de fornecer aos prefeitos toda a instrução que se fizer necessária para a posterior prestação de contas, pois os recursos liberados pela SEDEM são do Tesouro Geral do Estado, mas do orçamento da Secretaria do Planejamento.

Assim sendo, Senhores Deputados, trago a esta Casa o testemunho de que as verbas orçamentárias do Estado estão sendo liberadas a seu tempo, para serem empregadas na construção de obras importantes para o bem-estar das comunidades, como um plano de aplicação definido, delas tendo que prestar contas o administrador público que as recebeu. Na verdade, não se poderia esperar outro procedimento com os dinheiros públicos. Não se poderia esperar procedimento diferente do eminente Governador Ney Braga.

Podem estar tranquilos os pescadores de águas turvas e os críticos malévols, porque o Governo do Paraná continuará a agir com toda a segurança e lisura quanto à distribuição das verbas para atender necessidades municipais.

A principal preocupação do Governador Ney Braga é a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado, garantindo à população acesso ao bem-estar, à educação, à saúde, ao emprego, ao esporte e à cultura, entre outros fatores de promoção social e humana. Isso está ocorrendo porque toda a orientação do Governo Ney Braga está voltada para o homem, pois unicamente dessa forma, o povo e o governo unidos, poderão construir um grande Estado, um verdadeiro exemplo para o restante da Federação."

E eu hovi também as palavras do Deputado Fidelcino Tolentino. Nós amanhã, traremos um relato sobre o fato acontecido no Município de Foz do Iguaçu.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich, inscrito no Grande Expediente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Antes de conceder a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, esta Presidência registra a visita a este Poder de uma Delegação de Agricultores do Movimento "Justiça e Terra", de Foz do Iguaçu, constituída pelos Srs. Carlos Grellmann, Orestes José Gasparin e Edor Frührhaus.

Encontram-se também nesta Casa o Presidente do Sindicato dos Médicos no Paraná, Dr. Francisco Biduci.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. (Lê):

"Na sessão do dia 31 de março, eu prometi comentar os pronunciamentos da Oposição, com relação ao Movimento de Março de 1964.

Comentar a verdadeira posição que compete hoje ao PDS, que não é, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, o de fazer apologia cega à Revolução Brasileira que, como todo movimento político, teve sem dúvida alguma, erros e acertos, pois a infalibilidade não existe nas coisas dos homens.

Quando nos propusemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a discorrer sobre a Revolução, no momento em que se completava seu décimo sétimo ano, pretendíamos, isto sim, fixar a postura de nosso Partido como um agrupamento de homens que se preocupam com o futuro, alicerçando os seus ideais naquilo que se implantou de justo não apenas após, mas mesmo antes do movimento de 31 de março.

É nosso pensamento e anseio ampliar as conquistas so-

ciais — e elas foram amplas — consolidar o desenvolvimento econômico — ele é palpável, na vida de todos nós — e alinhar este País numa rota democrática ordeira, e que por tranqüila se perenize.

Naquela oportunidade, entretanto, não nos foi possível traçar esta linha de pensamentos, visto que os nobres Srs. Deputados da Oposição, concentraram seus pronunciamentos em vituperar as origens e as obras da revolução brasileira, numa visão maniqueísta de que tudo foi mal e tudo é negro. Desconhecendo, no movimento, o que de mais marcante ele teve, qual seja, o apoio quase unânime da opinião pública da Nação que já não suportava a situação então imperante. Estava atemorizada pelos perigos que se vislumbravam.

É viva em minha memória a lembrança daqueles dias e só não houve regozijo entre a facção alijada ou entre aqueles cujas posturas ideológicas conflitavam com o movimento de 64.

Os Anais desta Casa são testemunho — estão aí para serem compulsados — que mais do que qualquer outro homem da Oposição, ou do meu Partido, pronunciei críticas severas a atos da Revolução, mas não agora, depois da abertura. E o fiz na vigência de períodos mais amargo da repressão, logo após o AI-5.

Participei, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, e os Deputados mais antigos também podem testemunhar, participei, inclusive, do processo de denúncia contra o ex-Governador Leon Peres, pessoalmente ungido pelo então Presidente Médici, em desassombro que não me custou o mandato, porque a honra do ex-Governador era mais fraca que ele.

Tenho, repetidas vezes, salientado a injustiça de diretrizes econômicas que perseguem a triste meta de um País rico com o povo pobre.

Mas, se de nada serve perder-se tempo em elogios à Revolução, e muitos méritos ela possui para que realcem seus aspectos positivos, de nada vale, a exemplo do que faz a Oposição, retornar ao passado e vasculhar ações negativas, muitas vezes mais atos de indivíduos do que atos políticos das forças revolucionárias.

O que vale, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é o hoje, o agora. Vamos trabalhar sobre o futuro, porque ele é o importante, e nesse plano vivemos um momento otimista, de busca a abertura de nossos destinos políticos, embasando uma sociedade mais livre e mais justa.

Falaram, no dia 31 de março, alguns Srs. Deputados da Oposição, sobre o envolvimento dos Estados Unidos da América do Norte, no processo conspiratório de pré-revolução. E não é de estranhar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aquela participação, visto ser o Brasil o maior País da América Latina, tradicional aliado dos Estados Unidos, e a cubanização promovida pelo Governo Goulart ameaçava a implantação de um Estado comunista no continente americano.

Se é para retornar ao passado, podemos citar um depoimento, do ex-agente cubano Juan Vives, em seu livro "Os Anos de Cuba", que acaba de ser publicado em Paris, onde afirma que, em 1.964, o ex-Presidente Goulart estava a serviço da KGB que é o órgão chefe da espionagem soviética. Então não era vã a ameaça de comunização como quis afirmar a Oposição em mais uma dessas suas crises de memória. O atrelamento do movimento revolucionário à grande Democracia norte-americana, ao invés de totalitarismo soviético repugna alguns políticos da Oposição, mas a mim é evidente que apenas compraz.

Lembro-me muito bem, Sr. Presidente, das cartilhas de alfabetização distribuídas pelo Governo Goulart às populações pobres do nordeste, onde uma frase de realce era a seguinte: "A fome afia a faca" e outras havia de doutrinação evidente à revolta social armada. Esqueceram os Deputados que usaram a palavra no dia 31 de março, do Grupo

de Onze, da prepotência sindical, da esquerda revolucionária em órgãos de imprensa, do dinheiro de Moscou sustentando greves artificiais e políticas. Os registros sobre envolvimento do Departamento de Estado nas negociações que resultaram a Revolução brasileira estão expostos nas Universidades norte-americanas, como bem realçaram, aliás, os Deputados da Oposição, expostos para serem consultados por qualquer estudante."

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte, Deputado Erondy Silvério?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com todo o prazer.

O Sr. Adalberto Daros — Deputado, nesta oportunidade eu não vou responder a Vossa Excelência, porque os fatos que Vossa Excelência está a citar, merecem um pronunciamento nesta Casa e como Vossa Excelência prometeu à Oposição trazer este pronunciamento hoje, eu prometo a Vossa Excelência, na semana que vem, trazer um pronunciamento à Bancada do seu Partido.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Aguardo com todo o prazer, o pronunciamento de Vossa Excelência, que não pode ser diferente daquele feito aqui a 31 de março, e que estamos hoje contestando...

O Sr. Adalberto Daros — Bem pior.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ...porque a verdade dos fatos não se modifica ao talante da vontade de qualquer pessoa. Nós estamos apenas sendo aqui, fiéis à verdade dos fatos ocorridos em 64.

Mas voltando, Sr. Presidente, ao nosso pronunciamento, eu dizia que...

(Continua lendo):

...“registros sobre o envolvimento do Departamento de Estado no movimento norte-americano, no movimento de 64, estão à disposição de qualquer estudante nas Universidades americanas para qualquer tipo de consulta. É uma franqueza digna, aberta e que só é possível numa admirável democracia. Eu pergunto e perguntarei também na semana vindoura, onde estarão os registros da KGB e da espionagem soviética? Será possível aos historiadores consultá-los? Dizíamos porém, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que esse passado é irrelevante para os ideais que se descortinam nesse rumo aberto à plena Democracia iniciada pelo Presidente Figueiredo.

Na frente política o Governo enfrentou e resolveu o problema da extinção dos antigos Partidos e a criação das novas siglas, além da concessão da anistia com a volta dos exilados ao País, bem como a adoção da eleição direta para Governadores e Senadores.

Na frente econômica, é bem verdade, o Governo tem tido insucessos, reconhecidos aliás hoje na tribuna, no pequeno expediente, por um Deputado do PDS, Deputado Gabriel Sampaio que criticou o Governo em determinados aspectos da sua política econômica.

Então nós reconhecemos que o Governo tem lutado no combate à inflação, num esforço para equilibrar o balanço de pagamentos e na busca por fontes alternativas de energia.

Nós reconhecemos que o Governo tem lutado, principalmente no campo econômico, sem, é evidente, lograr o êxito esperado pela Nação brasileira.

No campo social temos implantado uma nova política salarial que veio permitir ao trabalhador, manter o salário real e defender-se dessa inflação.

E ao estabelecer a nova Lei, a negociação da produ-

tividade, abriu espaço para o fortalecimento da atividade sindical, rasgando um caminho livre para o sindicalismo brasileiro.

Todos os programas sociais foram implementados. O BNH só nos primeiros 60 dias deste ano, entregou vinte e sete mil casas próprias para cento e trinta e cinco mil brasileiros, a agricultura brasileira foi posta no rumo certo, o que se constata pelas atuais safras e os recursos de financiamento à produção rural, foram implementados só neste ano de 1981 em cento e noventa e oito por cento.

O que nos dará uma safra de cinquenta e cinco milhões de toneladas.

Esta, é uma fase difícil para a economia brasileira, para a vida brasileira nós reconhecemos isso.

Mas, achamos ao mesmo tempo, que a pregação da Oposição contra "Gordan e Walters", não vai garantir o emprego do povo nem por-lhe a mesa e garantir a educação, saúde e tranquilidade para seus filhos."

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy, nós não estávamos presentes dia 31 para respondermos sobre o passado daquilo que foi dito. Mas, infelizmente, não podemos concordar com Vossa Excelência, quando Vossa Excelência cita as conquistas do campo político, do campo econômico e do campo social.

As conquistas políticas de fato não houveram, a extinção do AI-5, nos parece foi substituída, o AI-5 foi substituído por uma verdadeira tensão.

E hoje, nesta Casa de políticos, não há um só político que possa dizer sobre o dia de amanhã.

Que conquistas políticas foram estas, que nós não sabemos até agora, se teremos eleições em 82 que é uma dúvida que toda a população tem inclusive, nós políticos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu só gostaria de dizer que eu sei, eu tenho absoluta certeza porque está na Constituição e Vossa Excelência sabe que a Constituição é para vigir, é ela que regula a vida do brasileiro.

Então, eu sei que teremos eleições, mas, se Vossa Excelência tem dúvida ...

O Sr. Deni Schwartz — A dúvida não é apenas deste Deputado, é do povo brasileiro, porque na Constituição também estavam inseridos eleições para Prefeitos e Vereadores em 1980 e elas foram prorrogadas.

Não sabemos se disputaremos eleições com distritão, com distrital, com sublegenda, não sabemos se haverá vinculações e até já se fala e isso é o fim para a classe política, até da prorrogação dos ilustres Deputados e Senadores.

Para manter um colégio eleitoral permitindo assim, que por mais 6 anos tenhamos alguém do próprio sistema.

Convenhamos, que essas conquistas políticas e não somos nós que o dizemos, é a população toda que em movimentos paralelos à política, estão a tomar conta não só deste Estado como deste País.

Aí está Itaipu, ontem era o suinocultor, aí estão os médicos, aí estão os enfermeiros enfim, estavam ontem os professores, a própria sociedade está a não confiar ...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa, de acordo com o Regimento Interno, no seu artigo 119, recomenda que as galerias não podem se manifestar, nem a favor e nem contra.

Por isso, peço aos Srs. médicos a compreensão e a obediência ao Regimento Interno da nossa Casa.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Erondy, apenas divergimos

de que estas conquistas políticas tenham havido. A conquista econômica, o ilustre Deputado Luiz Gabriel Sampaio e Vossa Excelência mesmo, reconheceram os insucessos. E as conquistas sociais?

Estamos vendo diariamente pela televisão o desemprego no setor metalúrgico.

E como disse hoje ainda o Ministro Murilo Macedo - se Deus quizer fosse assim e que fosse apenas no setor metalúrgico, no setor industrial, mas são os profissionais liberais que estão desempregados.

E no meio rural o desemprego é uma violência. E o sucesso na nossa agricultura? Será sucesso exportarmos mais soja e importarmos feijão.

Infelizmente e reconhecendo inclusive a sua luta no período mais negro, como Vossa Excelência disse, quando aqui não estávamos mas que já o acompanhávamos, quando no Paraná foi imposto um Governador contrário aos interesses paranaenses, lembro que Vossa Excelência subia à tribuna com coragem para criticar o sistema naquele momento.

Por isto, Sr. Deputado, infelizmente a Oposição não pode concordar que tenhamos tido êxito no campo político, êxito no campo econômico e, muito menos, êxito no campo social.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência, evidentemente, dá um ponto de vista como homem de Oposição, mas veja Vossa Excelência o que falei no início de minhas palavras que a verdadeira posição que compete hoje ao PDS não é fazer apologia cega à Revolução brasileira, porque como todo o movimento político, teve erros e acertos.

Não queremos nos atrelar aos erros do movimento revolucionário, mas como homens de bem, precisamos realçar os acertos do Governo que houveram, só um cego não enxerga.

É muito fácil ao homem da Oposição criticar, receber palmas, agora, as dificuldades que encontra o Governo, principalmente no campo econômico, é que são de difícil solução.

É o que o Presidente Figueiredo tem implorado à Nação, inclusive à Oposição, que ofereçam alternativas, porque Oposição que só objurga por objurgar, não é Oposição, é heresia.

Até hoje não vimos um contra-orçamento no Congresso Nacional, uma nova proposta de execução orçamentária organizada pela Oposição. Conhecemos as dificuldades no campo econômico ...

O Sr. José Domingos Scarpelini — Permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte.

Conhecemos as dificuldades, mas não estamos na vida pública em busca de palmas, e muito menos de vaías.

Estamos dando conta de nossa atuação.

Um partido que não se pode atrelar a um movimento que existiu há quinze anos atrás, porque é um Partido que representa o pensamento da maioria do povo paranaense, porque é majoritário, tem que ter equilíbrio na sua atuação dentro do Poder Legislativo.

Esta a tônica de meu pronunciamento. Esta a resposta que quero dar à nobre Oposição, em quem eu reconheço méritos incontáveis, principalmente no processo de abertura democrática.

Em que eu reconheço que é muito difícil fazer Oposição, quando não se conta com os mesmos meios dos Deputados da Situação.

Mas, a Oposição também precisa compreender o papel relevante do Deputado que representa, queiram ou não os inimigos do Regime, parcela preponderante da opinião pública paranaense.

Falo apenas me referindo à Bancada do PDS, no Estado do Paraná.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Ilustre Deputado, estamos acompanhando o seu pronunciamento e como fomos à tribuna no dia 31 de março, nos cabe, mais do que nunca, externar a nossa clara posição, não houve Revolução neste País.

O que tivemos foi um golpe militar com características claras, científicas, de contra-Revolução.

Isto não há dúvida, por qualquer cidadão que estiver estudando os fenômenos sociais deste País, sociologicamente falando.

Tivemos, na verdade, um golpe militar com resultados contra-revolucionários.

E é importante neste instante dizer que precisamos acabar de uma vez por todas, para não passar um atestado de mediocridade e entender que este mundo está bipolarizado e quem não está nos braços dos americanos, está nos braços dos russos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas esse é o enfoque maniqueísta, principalmente do pronunciamento de Vossa Excelência, a 31 de março.

Eu apenas me louvei na tese levantada por Vossa Excelência: - que quem não estava a favor dos Estados Unidos, aqui no Brasil, estava contra a Rússia, e vice-versa.

Vossa Excelência analisou o movimento de 64, sob um regime meramente de intervenção internacional no nosso País, quando Vossa Excelência sabe muito bem que foi um movimento brotado do seio do povo.

Vossa Excelência sabe disso. Vossa Excelência era então um menino de calças curtas, em 64. Vossa Excelência não tem condições de analisar o período pré-1964, esta é a grande realidade. E Vossa Excelência deve saber que o cozinheiro sempre tempera a comida ao gosto do dono. Vossa Excelência leu uma literatura que apraz ao seu posicionamento ideológico e partidário, sem ter a tranqüilidade, a imparcialidade necessária para analisar os fatos friamente. Essa foi a tônica do pronunciamento de Vossa Excelência, maniqueísta.

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência permite continuar o aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Devolvo a palavra a Vossa Excelência, apenas nós não aceitamos, absolutamente, a insinuação que Vossa Excelência fez de se acabar com a mediocridade de se pensar que quem não é a favor dos Estados Unidos, é a favor da Rússia e vice-versa.

Que o movimento neste País foi feito, absolutamente nestes termos do movimento revolucionário de 64, não é mediocridade, não. É posicionamento. É uma posição de quem analisa os fatos com frieza, com clareza.

Esta é a nossa posição pessoal.

Dou o aparte a Vossa Excelência, apenas corrigindo esta distorção, na análise de Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Esta é a interpretação de Vossa Excelência, que é óbvio, está defendendo um regime, o Governo do País.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não. Não estou defendendo o regime. Vossa Excelência então, não tem condições de continuar com o aparte.

Perdoe-me, porque Vossa Excelência deve se ater às palavras iniciais do meu pronunciamento.

Aqui não se trata de defender regime. Trata-se de posicionar um Partido. Face à atual conjuntura política da Nação, que é o partido majoritário.

O Sr. Nilton Friedrich — Permita-me só colocar, nobre Depu-

tado, que a participação na verdade, dizer que a revolução de 64 nasceu vontade do povo brasileiro, quando a própria "Marcha com Deus, pela Família e Liberdade" e toda a campanha insidiosa que se fez contra o Governo João Goulart, foi manipulada com verbas do Instituto de Estudos e Pesquisas Econômico e Social, que era dirigido por Golbery de Couto e Silva, e que tinha já cadastrados mais de quatrocentos mil brasileiros e que depois utilizou exatamente esses arquivos para criar o Serviço Nacional de Informação?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, não vou permitir um discurso paralelo. Os apartes, regimentalmente tem que ser concisos, práticos e objetivos.

Nós nunca poderemos entrar num acordo, Sr. Presidente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Vossa Excelência não quer a realidade.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente. A realidade é ...

O Sr. Nilton Friedrich — A verdade realmente dói, eu entendo isso.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — A verdade, nobre Deputado, sempre tem duas faces. Vossa Excelência está olhando sob o prisma que mais lhe agrada. Vossa Excelência fala em verbas de Instituto, não sei o que, mas não se lembra do grupo dos 11. Vossa Excelência não se lembra do que antecedeu o movimento de 64?

Por que o povo foi às ruas?

Por que o povo foi às ruas, Vossa Excelência não se lembra?

Então, Sr. Presidente, eu não posso admitir um discurso paralelo.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua com a palavra o Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência, Deputado Nilton Friedrich está fazendo um discurso paralelo, que eu não posso aceitar, porque nós vamos até amanhã aqui.

Vossa Excelência defendendo um ponto de vista que não é o meu, e eu não posso aceitar, evidentemente. Como Vossa Excelência jamais aceitará o enfoque que eu faço sob a questão.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel, e logo em seguida, ao Deputado Ailton Cordeiro.

Aparte é uma coisa, discurso paralelo é o que Vossa Excelência quer. Mas eu não entro no jogo de Vossa Excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy Silvério, nosso Líder, eles têm razão ...

O Sr. Lineu Turra — Eles têm medo da Oposição.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Medo? Medo do que? É a verdade de Vossas Excelências, é a verdade distorcida. Verdades de Vossas Excelências. Por que Vossas Excelências não vão em Cuba, dizer o que estão dizendo aqui?

Inclusive o Deputado Waldyr Pugliesi, por que não vai em Cuba, dizer isso?

Não chega a teminar a frase, está na parede.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy Silvério ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — ... eu tenho respeito por quem iniciou um pronunciamento, dentro das normas da boa educação. O que é que Vossas Excelências querem? Fazer prevalecer um ponto de vista revolucionário de esquerda nesta Casa? Não. A maioria do povo paranaense não pensa assim, porque Vossas Excelências são minorias nesta Casa.

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Após o aparte ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy Silvério, apenas para elucidar o meu pensamento. Serei breve.

Descobrimos agora, que infelizmente — antes pertencíamos ao PTB — que o Sr. João Goulart fazia parte da KGB, espionagem russa dentro do Brasil.

Isso eu digo a Vossa Excelência e que peço aos homens da Oposição que saibam e tomem conhecimento, do livro do escritor russo, que João Goulart era espião russo dentro do Brasil.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, uma questão de ordem que cabe perfeitamente dentro do nosso pronunciamento.

Vossa Excelência que sempre foi um homem que, pela serenidade, soube impor respeito e ordem aos trabalhos da Casa, peço que contenha os ímpetos dos esquerdistas desta Casa.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência está com a razão. E os “vermelhinhos”, os “melancias”, que estão entregando o País ao comunismo, não sabem o quanto dói uma saudade.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa solicita dos Srs. Deputados ...

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) Tenho a impressão, e com a devida vênia ao Líder que ocupa a tribuna neste instante, mas que o Deputado Gabriel Manoel deveria, regimentalmente, usar um pouco mais de respeito para com os Deputados desta Casa, ao chamar os Deputados da Oposição de “melancia”.

Quero lembrar que melancia é verde, Sr. Presidente, e não posso admitir que algum Deputado possa ser chamado de “melancia”, porque ela é verde, e mesmo porque não vejo desdouro algum em ser verde, a não ser que ele veja de outra maneira.

Gostaria que houvesse um maior respeito por parte do Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) É a solicitação que a Mesa faz ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, formulo a seguinte questão de ordem:

Sr. Presidente, as questões de ordem levantadas pelos nobres Srs. Deputados da Oposição, como pelo nobre Deputado Gabriel Manoel, consumiram exatamente dois minutos e cinquenta segundos, e peço que Vossa Excelência acresça no meu tempo, porque uma questão de ordem não pode ser descontada do tempo do orador.

Isto também é do Regimento.

Concedo aparte ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Deputado Erondy Silvério.

Sentimos que Vossa Excelência faz hoje o que prometera há algumas sessões passadas, quando afirmou da tribuna que responderia às acusações fortes feitas pela Oposição, ao Governo

e ao processo político dos últimos anos em nosso País. E diga-se que a Situação, e Vossa Excelência como Líder da Situação, entendeu o posicionamento da Oposição.

Ouviu — e se não assimilou —, usou de um direito seu, de ir à tribuna para fazer as refutações que entende devam ser feitas, através do único expediente que nos compete nesta Casa, que é o uso da tribuna parlamentar.

Este é um assunto, sem dúvida, explosivo, porque fruto do mesmo processo político. Nós todos, os partidos políticos, o sistema político nacional, fruto da mesma origem, hoje se defrontam com o conflito histórico que é diferente de há quinze ou dezesseis anos passados.

Porque tínhamos, e Vossa Excelência bem localizou em seu pronunciamento, uma visão diferente, em 1964, quando este País vivia efetivamente num regime que derivava para a anarquia absoluta, com a quebra total do princípio da autoridade.

E, de 64 a esta parte, o movimento revolucionário, evidentemente, sofreu alguns desvios, aos quais não nos incorporamos. Porque, repetidas vezes, na tribuna parlamentar, na grande imprensa do Paraná, nós, Parlamentares do PDS, também contestamos certos posicionamentos do Governo Federal. Mas, com sensatez e equilíbrio, sem a posição radical daqueles que enxergam simplesmente o que lhes convém enxergar.

E quando Vossa Excelência vai à tribuna para adotar esse tipo de pronunciamento, Vossa Excelência cumpre efetivamente o papel político e cívico de cidadão deste País, de alguém que viveu os episódios históricos, deste País, nos últimos anos. E que, realmente, tem autoridade para sobre eles opinar, para sobre eles dizer...

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa comunica ao nobre Deputado que tem apenas um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Espero que o nobre Deputado Airton Cordeiro conclua seu aparte, que aliás é brilhante, e vem em apoio à tese que levantamos nesta tribuna, mesmo que para isso seja necessário adentrarmos ao horário destinado à Liderança do PDS.

O Sr. Airton Cordeiro — ... o que julgo importante, Deputado Erondy Silvério, é que esta Casa compreenda que o Plenário é, em síntese, a convivência daqueles que divergem do ponto de vista. E divergir implica num debate amplo, aberto, franco e leal. O que não se pode, absolutamente, é conceber que qualquer idéia antagônica seja impedida de ser manifestada pelo borburrinho, pela tática por demais conhecida do tumulto, para que se evite que alguém fale aquilo que pensa, aquilo que sente.

E, lamentavelmente, isto acontece principalmente por parte daqueles que vivem cantando, em prosa e em verso, que vivem afirmando aos quatro ventos, que vivemos num regime ditatorial, e que pregam o regime democrático.

Mas, que democracia é esta que uma Minoria quer impedir que uma Maioria fale, se expresse, manifeste sua idéia e seu pensamento?

Este é o posicionamento, Deputado Erondy Silvério, que deve ser realmente entendido. Quanto à visão histórica da Revolução brasileira, acredito que ainda é um pouco prematuro para chegarmos a um julgamento definitivo. Porque, muitos dos que se incorporam, hoje, dos que se engajam, no movimento de oposição, eram, em 1964, defensores daqueles que acabaram por detonar um processo revolucionário, neste País. E não se sabe bem quais os motivos, dele se afastaram.

E hoje, antagônicos ao processo, simplesmente se preocupam em contestar, a qualquer título e sob qualquer pretexto àqueles que se incorporam numa outra corrente.

Quero portanto, dizer a Vossa Excelência que compreendemos perfeitamente o espírito do seu pronunciamento e

que entendemos também que o que Vossa Excelência faz, nada mais é do que responder num tom diferente, as acusações, algumas infundadas feitas pela Oposição, há algumas sessões passadas.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas para concluir meu pensamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estou de pleno acordo e comungo com as palavras do nobre Deputado Airton Cordeiro.

Acho que é somando com os ideais revolucionários, porque, não se pode dizer que tudo que há na Revolução é errado, aqueles ideais que uniram os brasileiros em 64, e que nem sempre foram bem encaminhados nesses 17 anos.

Isso, não cansamos de repetir nesta tribuna, não queremos esconder, subtrair da realidade, mas só assim teremos legado realmente uma contribuição patriótica, porque esses ideais são nacionalistas sem serem xenófobos, e querem construir um grande País, habitado por uma Nação tranqüila, próspera, a se desenvolver num clima de liberdade democrática.

Este é o nosso pensamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não significa um comprometimento partidário incondicional com a Revolução de 64, mas não vejo...

O Sr. José Domingos Scarpelini — Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Já darei o aparte a Vossa Excelência.

Estou com a palavra, Sr. Presidente, para concluir o meu pensamento. Mas não vejo e nem os meus companheiros de Partido pensam assim, razões para que o PDS que representa o pensamento da grande maioria política do povo do Paraná e repito, é majoritário no Estado, empreste apoio a decisões do Governo Central, que contrarie esses ideais de progresso, de desenvolvimento, de liberdade e, acima de tudo, de independência política e econômica, que é uma aspiração do povo brasileiro e quando falo em independência política, falo Brasil para os brasileiros. Jamais o Brasil para os Gordons, os Reagans, os Walters, os Fidel Castro. Jamais para Brejnev e família, jamais para essa gente.

Brasil para os brasileiros e este é o pensamento da Bancada do PDS, porque representa o pensamento da maioria do povo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, viemos à tribuna desarmados, viemos aqui dar o nosso posicionamento com relação àquele movimento revolucionário que ainda é cedo, como disse o Deputado Airton Cordeiro, para que dele se fixe um juízo definitivo, para que se avalizem o que ele fez de bem ou de mal para o País, mas o nosso posicionamento é um só, é o posicionamento do homem público coerente com os ideais de liberdade, com a ânsia de progresso, de emancipação política e econômica que vive no coração de cada brasileiro, até aqueles que nos vão hoje, até aqueles que aplaudem a Oposição hoje não de reconhecer o que de bem o Governo fez por este País nesses 17 anos e teve o respaldo, o apoio da Bancada primeiro da ARENA, agora do PDS, mas isto não significa engajamento incondicional, repito. Significa um posicionamento que a nossa Bancada quer tomar daqui para frente nos debates que se seguirem a esse problema.

Compreendemos as razões da Oposição, sabemos que a grande arma com que conta a Oposição é...

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com todo o prazer.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nobre Deputado, é com satisfação que um homem da minha geração lhe aparteia.

Em 1964, eu tinha 14 anos de idade, portanto, não era nem eleitor, mas assim que surgiram os movimentos estudantis da nossa cidade e em seguida nos agregamos aos movimentos políticos, fomos buscar na História a base daquilo que aqui hoje damos como testemunho.

Em 64, criou-se nessa República da América Latina, como cria-se em outras tantas, a indústria do anti-comunismo.

O Sr. Gabriel Manoel — Cuba.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência me respeite quando eu estiver falando, nobre Deputado.

Criou-se a indústria do anti-comunismo na América Latina, como se criou agora na Nicarágua, a História está se repetindo em El Salvador.

É lógico e evidente que um País que devia em 64, três bilhões de dólares, e hoje deve 60 bilhões, um País que não tinha em 1964 três bilhões de dólares e hoje deve 60 bilhões, um País que não tinha em 1964, 15 milhões de crianças morrendo de fome...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência me permite, por uma questão de coerência, que não permiti que o jovem e grande líder da Bancada de Vossa Excelência fizesse um discurso paralelo, também por uma questão de coerência não vou permitir que o faça. Pediria a Vossa Excelência que fosse ao aparte, sem analisar questão de dívida externa, porque seria uma polêmica também, talvez nem para nós mas para economistas, porque Vossa Excelência pouco deve entender dessa matéria.

Porque se Vossa Excelência somar tudo aquilo que a Revolução pôs dentro deste País, vai encontrar a razão da nossa dívida, porque ninguém desenvolve um País, ninguém rompe as peias do subdesenvolvimento, sem contar com recursos externos.

Gostaria que Vossa Excelência fosse à razão do aparte, que me pediu.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Exatamente, nobre Deputado, reconheço que a Revolução tenha feito algumas coisas, tenha colocado algumas coisas aqui dentro. Mas, há que se reconhecer que muitas coisas saíram daqui com destino ignorado, muita coisa que se diz estar na Suíça, nos Estados Unidos, não sei onde.

Se veio alguma coisa, outras saíram em detrimento do povo, a corrupção se alastrou a tal modo...

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua com a palavra o nobre orador, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Apenas quero dizer a Vossa Excelência, levantei aqui uma tese, o posicionamento da nossa bancada.

Se Vossa Excelência acha que existe corrupção, que existe gente que mandou dinheiro para a Suíça, deve, como Deputado, como homem do povo, deve exatamente formular uma denúncia.

Não estou aqui debatendo esse assunto e nem defendendo o ladrão, nem vou ler o bilhete que recebi aqui, agora, com relação a Vossa Excelência na defesa do AI-5, não vou por uma questão de ética.

Apenas pediria a Vossa Excelência, que por favor...

O Sr. José Domingos Scarpelini — Eu não defendi o AI-5; pedi o AI-5 contra maus militares, contra os corruptos.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Continua com a palavra o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Gostaria que o nobre Deputado Scarpelini, que eu respeito, que é jovem, é um homem

bem intencionado, porque eu sinto na sua atuação a vontade imensa de acertar. Eu compreendo a impetuosidade do jovem, compreendo até as injustiças que ele comete na análise de certos problemas, no âmagô em que ele analisa certos aspectos, principalmente da vida política nacional. Mas eu gostaria que Vossa Excelência fosse direto ao assunto, Vossa Excelência está fazendo discurso paralelo, Vossa Excelência está falando em dinheiro na Suíça, Vossa Excelência está confundindo como diz o nobre Deputado Gabriel Manoel "tatu com serenata".

O Sr. Scarpelini — Nobre Deputado, eu não disse dinheiro na polícia, eu disse que muitas coisas saem daqui com destino à Suíça e Estados Unidos, Vossa Excelência que interpretou que é dinheiro. Eu não falei dinheiro. Agora, eu estava...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não, Vossa Excelência disse que o dinheiro não chega aqui é desviado para a Suíça.

O Sr. Scarpelini — Não, então vamos pedir para que a taquigrafia levante o que eu disse. Vossa Excelência que o diz.

Continuando com o aparte que Vossa Excelência me concedeu, eu apenas estou querendo rememorar alguma coisa, porque se o Sr. está querendo rememorar a Revolução de 64, comemorando aniversário agora, o 17.^o ou 18.^o não sei direito desta Revolução, é lógico e evidente, que nós temos que buscar nas origens da Revolução e, fazer uma análise dos seus feitos, para então termos uma avaliação concreta.

Eu disse dos 10 milhões de crianças que estão morrendo de fome, de um povo que caminha desesperado pelas ruas, sem emprego, sub empregado muitas vezes, eu falo dos estudantes que não têm faculdade para estudar, eu falo do pai de família, nobre Deputado, que não tem mais pão em casa para comer, nem leite para tomar. É sobre estes feitos da Revolução é que eu gostaria que Vossa Excelência falasse.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu sugiro à Mesa, que inscreva o nobre Deputado Scarpelini, para abordar esses assuntos, que não têm nada a ver com meu pronunciamento. Nós não estamos aqui comemorando aniversário da Revolução, nós estamos fixando o posicionamento do PDS, com relação ao movimento de 64, aplaudindo os acertos e condenando os erros como ainda hoje, o nobre Deputado Gabriel Sampaio o fez na tribuna desta Casa: ocupou-a anteriormente a mim, para denunciar distorções principalmente com relação no encarecimento do custo de vida. Não viemos aqui analisar o desemprego, o sub-emprego...

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Neste minuto, Sr. Presidente, quero pedir desculpas aos Srs. Deputados da Oposição, se os ofendi foi involuntariamente. Apenas não admito que se olhe a verdade apenas por um ângulo, que se faça das palavras da Oposição a verdade absoluta. Apenas procuramos mostrar também outro ângulo da questão, o posicionamento de um partido que tem responsabilidade no cenário político do Paraná. Partido que, como já disse, detêm a maioria...

O Sr. José Domingos Scarpelini — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Se neste minuto for possível, com todo o prazer.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Entrando nas conquistas do campo político que Vossa Excelência disse, eu apenas gostaria hoje de me referir ao fato que aconteceu ontem, portanto dentro do período revolucionário que estamos falando agora, o jornalista de Foz do Iguaçu que publicou o discurso de Charles Chaplin, está enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Mas isto é problema do censor que deve ser tão burro como o jornalista.

Isto não é problema do PDS.

Sr. Presidente, apenas para concluir, quero apresentar as nossas escusas, principalmente ao jovem líder do PMDB, cujo aparte fomos obrigados a interromper, para que pudéssemos, no tempo que nos é destinado, posicionarmos-nos sobre a atuação dos Deputados do PDS.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa registra com satisfação a presença nesta Casa do Sr. Carlos Scarpelini, Presidente do PMDB de Apucarana.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) A liderança do PMDB solicita uma informação de Vossa Excelência que a liderança do PDS, quando na tribuna, levantou uma questão de ordem dizendo que fosse descontado o tempo em função de uma outra questão de ordem levantada pelo Deputado Nestor Baptista. Como Vossa Excelência, pelo que entendíamos aqui, não contou este tempo, gostaríamos de saber se o critério será este daqui para a frente desta Presidência.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Será, o critério será unânime a todos os Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Lamentavelmente, a Mesa não descontou o tempo, porque marquei rigorosamente e falei o tempo que me concedeu o Regimento no Grande Expediente e adentrei ao tempo concedido à liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa que foram descontados dois minutos e meio.

De acordo com o entendimento feito pelas lideranças partidárias, esta Presidência solicita dos Srs. Deputados Adalberto Daros do PTB, Waldyr Pugliesi do PMDB, João Elísio do PP, e Airton Cordeiro do PDS, para acompanharem a delegação de médicos que se encontram em visita a esta Assembleia Legislativa no plenário do primeiro andar, dialogar e receber as reivindicações que os mesmos têm em favor de sua classe.

Consulto à liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Faremos sim, Sr. Presidente. A nossa pessoa irá usar o horário da liderança.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente.

A liderança do PMDB havia definido que todos os horários correspondentes à nossa bancada durante esta semana, horários de liderança, seriam utilizados para questão de saúde. E hoje falaria o nobre Deputado Mário Celso.

Mas é fundamental que possamos responder de imediato algumas questões aqui postas e agradecemos ao Mário Celso, o nosso Deputado que utilizaria o Horário da Liderança para

expor a sua questão.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais do que nunca ficou claro que hoje que lutamos contra o "príncipe das trevas" deste mundo; porque as trevas odeiam as luzes. Não há como questionar mais o total desencontro do movimento de 1.964. Se fizermos um balanço claro, objetivo, imparcial, frio, haveremos de ter na coluna dos erros, principalmente institucionais, políticos, sociais, econômicos e culturais, a maior parte destes desencontros.

Não há dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o País viveu estes últimos anos, um crescimento econômico, que ninguém nega. Mas o que indaga e questiona-se, é quem aproveitou o crescimento econômico do País, nesses 17 anos de autoritarismo? E por outro lado, Sr. Presidente, é preciso mais do que nunca, analisar a herança desses 17 anos, de um regime de força, sem a participação popular.

Sr. Presidente, crescimento econômico é até natural, porque ele está vegetativo. Este País em 1.964 tinha 12 milhões de eleitores; hoje tem 43 milhões de eleitores. E se nós tínhamos em 64, calças curtas, e éramos uma criança, mas nós não precisamos viver a história para conhecê-la, basta buscar os seus fundamentos e as suas realidades. Também, Sr. Presidente, em 64, nós mesmos estávamos engatinhando em bancos escolares. Portanto há um crescimento vegetativo em todas as Nações do Mundo. E não seria no Brasil, que pararia totalmente. Mas volto a insistir qual é o resultado disso tudo?

Nunca na história deste País, tivemos uma concentração de rendas, como temos hoje; os deserdados do Golpe Militar de 64, que a esmagadora maioria do povo brasileiro, que são os trabalhadores, em cima de posições muito bem elaboradas, pela escola de West Point, por uma doutrina de segurança nacional imposta neste País, quando o Diretor do Departamento de Segurança Norte-Americano, o ilustre ex-Presidente do Banco Mundial, Robert Macnamara, que realmente definiram, que realmente decidiram como seriam as coisas.

O movimento de 64 não foi um movimento que desperçou ao natural e espontaneamente no seio do conjunto da sociedade brasileira. Ele foi articulado; ele foi na verdade uma contra-revolução; porque o País despertava, buscando reformas de base. Buscando reforma agrária; buscando a participação do povo nas decisões nacionais.

Sr. Presidente e se fez neste País, evidentemente, uma contra-revolução. E não foi espontânea, porque houve a participação direta do Departamento de Estado Norte-Americano, como há agora em El Salvador, como houve no Chile, quando pelo voto popular se buscou uma revolução pela paz, embora socializante? O que fez a ITT, o que fez a CIA e o FBI e o Departamento Norte-Americano? Articulou, manipulou, entregou verbas para derrubar um governo eleito pelo povo.

Sr. Presidente, Governo João Goulart, ficou menos de 3 anos no Poder; este que está aí, está há 17 anos. E quais as resultantes sociais, Sr. Presidente? Impôs-se neste País a ortodoxia monetarista que é a única saída que o capitalismo tem, quando ele enfrenta as suas crises periódicas. E como o nome está dizendo, a manifestação teórica monetarista, tem só a visão monetarista do núcleo; e o social que se arrebate.

Por isso, se acabou com a estabilidade do emprego neste País. Uma das maiores conquistas e garantias do trabalhador em todo o mundo; e se instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Para exatamente criar maior instabilidade; o controle direto e indireto sobre o trabalhador. Criou-se o Fundo de Garantia, para deixar nas mãos dos grandes monopólios e das grandes empresas capitalistas.

O Sr. Gabriel Manoel — (Interrompe o orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa solicita ao nobre Deputado Gabriel Manoel, respeito ao orador que está na tribuna e só o apartando, quando o aparte for concedido.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, Sr. Presidente, eu queria, se possível, concluir o meu raciocínio.

Ora, Sr. Presidente, o FGTS serviu de instrumento para coagir direta e indiretamente o trabalhador brasileiro, porque deixa à mercê do patrão todo aquele trabalhador que possa estar se articulando no sindicalismo, nas reivindicações, nas conquistas sociais do trabalho. Porque pode ser dispensado da sua atividade a qualquer instante, ao bel-prazer do patrão. Conquista que tivemos deste 1.943.

Ora, Sr. Presidente, se fez aqui uma Assembléia Nacional Constituinte em 43, e se colocou na Carta Magna que 10 por cento deveria ser aplicado em educação no Orçamento da União; 20 por cento nos Estados e Municípios.

E o que fez a Revolução de 64 — segundo eles, Revolução? Diminuiu ano a ano as dotações orçamentárias para a Educação. E por isso que o processo de esvaziamento da Educação, do ensino, neste País, tem uma causa: ninguém investe naquilo que realmente não quer. E ao Governo não interessa este povo consciente, educado, formado. Quer uma sociedade domesticada, domável, para, com o elemento na coleira, fazer o que a classe dominante pretende e deseja.

Ora, Sr. Presidente, em 1.965, o Orçamento da União previa 11.7 por cento para o Ministério da Educação e Cultura.

E o que tivemos nos anos seguintes? Ano após ano caindo a dotação orçamentária, chegando em 79 a 2,9 por cento.

Qual Revolução, Sr. Presidente, que cria uma disciplina salarial com o maior arrocho salarial que se tem história neste País, dizendo que os salários eram culpados da inflação, porque a ortodoxia monetária isto assim determinava. E tivemos um arrocho salarial violento na Pátria brasileira.

Qual o resultado do arrocho salarial, Sr. Presidente?

É que este País, além de conquistar copas do mundo também hoje é um dos campeões de mortalidade infantil do mundo. E isto está realmente direcionado, e como causa maior a questão de ganho e de distribuição de rendas.

A subnutrição, Sr. Presidente. A subnutrição, hoje, salta aos olhos e nós conseguimos estar numa situação que envergonha qualquer brasileiro.

Os dados da Organização Mundial da Saúde é uma bofetada na consciência desta Pátria!

Enquanto nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, a participação da mortalidade infantil na mortalidade geral situa-se em torno de 5 por cento, no Brasil são mais de 45 por cento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o resultante qual é?

O resultante é a mortalidade infantil das mais agudas de todos os continentes, inclusive passando por continentes como o da África, que tinha uma situação terrível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A questão fundamental está imposta: além daqueles que morrem antes de atingir o primeiro ano de vida, o que dizer da geração de quase inúteis que se criou neste País, que são aqueles que sobrevivem, e que suas células mentais, por falta de comida, estão para o resto da vida, e de maneira irreversível, atingidas.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Logo depois.

E criamos, portanto, gerações com dificuldades de toda ordem, de raciocínio, de trabalho, enfim, as dificuldades mais terríveis possíveis.

Sr. Presidente, o que dizer que o Banco Mundial fez um levantamento sobre a concentração de renda, escolhendo 70 países para reunir dados, e dos 70 países encontra 63 com melhor distribuições do que o Brasil, e a distribuição de renda da Pátria brasileira está equiparada à Rodésia, ao Gabão e à Nigéria.

Sr. Presidente, são dados irrefutáveis. A história é uma só, a realidade não há que se contestar. Os números falam, e falam alto, e esta é a situação triste que vivemos.

Veja outro dado da Organização Mundial da Saúde: a expectativa de vida do povo brasileiro: o Paraguai — 61 anos; El Salvador, 62 anos; Brasil — 63 anos.

17 anos se passaram, Sr. Presidente!

Quais são os resultados sociais, que isto é o que interessa, que isso é que interessa à Oposição brasileira. Que isso é o que interessa, efetivamente, num Brasil para os brasileiros, como disse o Líder do PDS, há pouco.

Qual é o Brasil para os brasileiros que temos?

Nunca se entregou tanto uma pátria, como se entregou, após 64, quando a internacionalização da economia se fez vistamente própria, com a participação de ministros, com a participação de pessoas titulares deste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o processo de internacionalização de nossa economia, que começara já no fim da década de 50, exatamente, quando se implantou no País, a técnica administrativa de substituição de importações, só que em vez de nós criarmos o nosso modelo, o nosso sistema, importamos tudo, principalmente poder multinacional do monopolismo capitalista estrangeiro.

Nunca houve uma entrega de terras, neste País, como temos hoje, beirando 15 por cento do território brasileiro não pertence mais a este País!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a questão da saúde, posta hoje. Estão aqui médicos residentes, pessoas ligadas ao setor. A Igreja, corajosamente, cria uma Campanha da Fraternidade "Saúde para todos" por quê, Sr. Presidente? Porque, a saúde, neste País, é privilégio de poucos. E neste País, pela maneira da saúde que é implantada, que está estritamente ligada ao modelo econômico-social, temos uma saúde elitizada. E se faz, neste País, a Medicina Curativa, não a Medicina Preventiva.

A prova está que o INAMPS tem, como orçamento de 1.980, 165 bilhões de cruzeiros, para o atendimento individualizado, enquanto o Ministério da Saúde tem a sua dotação orçamentária de 11 bilhões! Por quê não se quer fazer a Medicina Preventiva que é a única que é possível e resta? E essa só poderá ser feita com a socialização da Medicina.

Sr. Presidente, em 1.979, dos 8 milhões e 400 mil internamentos feitos pelo INAMPS, neste País, apenas 2,8 por cento foram em hospitais da própria Previdência, o resto todo foram em hospitais particulares, numa das maiores privatizações, mercantilizações e comercializações que se fizeram, na história da Medicina neste País.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, repassou-se só verbas e custos.

Mas, para a iniciativa privada dos hospitais.

Em todos os países desenvolvidos e sérios deste mundo, procuram, a cada dia que passa, exatamente socializar a Medicina e fazê-la preventiva, jamais curativa. Porque, é do...
(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra o no-

bre Deputado que lhe resta apenas um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pretendo concluir, Sr. Presidente, dizendo que é claro que é da sabedoria popular que é preferível prevenir que remediar.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei, se possível, em seguida.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência protestou quando nós interrompemos o discurso paralelo que Vossa Excelência fazia. Agora Vossa Excelência está dando a sua verdade e não quer conceder aparte, para que sejam contestadas essas verdades de Vossa Excelência.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Lamento, mas o tempo é ínfimo. Vossa Excelência não permitiu que eu concluísse meu aparte. Apenas ensaiei um aparte e Vossa Excelência cada vez que eu falava, retirava minha possibilidade de argumentar.

O Sr. Erondy Silvério — Mas era discurso paralelo.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo, Sr. Presidente, dizendo que está aí a prova outra da Central de Medicamentos. Central de Medicamentos que até foi criada com boa intenção. Porque se fez um levantamento, neste País, e existem 30 mil tipos de remédios. E a pesquisa provou que com 300 tipos de remédios conseguiríamos atingir 90 por cento da população brasileira.

E o que é que se fez? Tirou-se a Central de Medicamentos do Ministério da Saúde e Previdência Social, para jogá-lo aonde? Para jogar aonde a Central, no Ministério da Indústria e Comércio, mais uma vez comercializando, mais uma vez colocando o lucro acima de qualquer coisa. Sr. Presidente, eu concluo dizendo: é muito cedo realmente para nós analisarmos a Revolução de 64. Os seus dados negativos, os seus efeitos perniciosos apenas estão começando a ser catalogados. Pior, Sr. Presidente, é o cego que não quer ver.

Termino dizendo o que já dissera antes: lutamos realmente contra o príncipe das trevas deste mundo. As trevas odeiam as luzes, Sr. Presidente, as trevas odeiam as luzes...

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Tendo declinado o Deputado Adalberto Daros, consulto à Liderança do Partido Popular Brasileiro se deseja fazer uso do seu horário. (Declina) :

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoioado — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/80, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS BORGES TEIXEIRA, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Nossa Senhora do Rocio", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁ-

VEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo :**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública o "Grupo Espírita Anna Franco", com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — da Proposição n.º 72/80, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, com apoioamento nós termos constitucionais e que altera o parágrafo 2.º do artigo 42 da Constituição Estadual, modificado pela Emenda à Constituição n.º 6, suprimidos os seus incisos, passando a vigorar conforme especifica. (Eleição de Governador e Vice-Governador). Parecer FAVORÁVEL da Comissão de Reforma à Constituição, com EMENDA SUBSTITUTIVA, por maioria. **Aprovado, artigo por artigo, por unanimidade.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olindo Parolin, ocorrido no Município de Capitão Leônidas Marques. **Aprovado :— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Niuhs, ocorrido no Município de Capanema. **Aprovado :— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Vieira de Paula, ocorrido no Município de Jaguapitã. **Aprovado :— Ao Departamento Legislativo.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Porfirio Antunes Pereira, ocorrido no Município de Porecatu. **Aprovado :— Ao Departamento Legislativo.**

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Sr. Presidente. Eu lamento que a Bancada da Oposição tenha se retirado do Plenário, e então gostaria que Vossa Excelência fizesse verificação de votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa informa ao Deputado, que está em votação o requerimento de voto de pesar. É sobre esse que Vossa Excelência estão pedindo verificação de votação?

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Foi do anterior. É que não tinha som e então não deu tempo. Vossa Excelência foi mais rápido que o som da Casa.

O SR. NELTON FRIEDRICH — O anterior também fora de pesar, Sr. Presidente. Regimentalmente é dispensável, portanto.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, o pessoal da Oposição é useiro e viseiro de dizer que a Bancada da Situação não participa das Sessões. Então eu pediria chama-

da nominal para verificação de quorum para constatar a verdade embora Vossa Excelência...

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Sr. Presidente, a Liderança do PMDB há que fazer um esclarecimento. A Liderança dispensou a Bancada de permanecer em plenário para acompanhar a discussão da questão — saúde — dos médicos que estão aí e que nós entendemos de suma importância e lá estão eles, Sr. Presidente, porque essa Presidência determinou, inclusive, esse encontro, conforme solicitação e o PMDB também entende importante aquilo lá.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre Deputado Nelson Friedrich que na hora de votações não são permitidas nenhuma reunião de comissões. Portanto, a Mesa defere a solicitação do Deputado Gabriel Manoel e solicita a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas uma colocação e dentro do que Vossa Excelência permitiu a liberalidade ao nobre Líder do PMDB. Nós compreendemos perfeitamente que essa dispensa da Bancada para acompanhar uma reunião com médicos e sabemos perfeitamente que o PMDB vai resolver o problema dos médicos, vai resolver do País e do mundo.

Entretanto, o que nós não aceitamos, é que o Líder do PMDB vá aos jornais e declare neste Casa, que a Bancada do PDS se retira do Plenário como fez na semana passada, para tratar de assunto interno de interesse do Legislativo, que era a eleição das Comissões Permanentes da Casa.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Solicito do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Antes de proferir o resultado da chamada nominal, convida todos os Srs. Deputados após a Sessão, no Gabinete da Presidência, para assistir o descerramento do retrato do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, ex-Presidente desta Casa.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

Antes de Vossa Excelência proferir o resultado da votação, eu queria que constasse em ata, quantos Deputados da Oposição estão na bancada, para que amanhã ou depois, nós tenhamos condições quando estamos tratando de assuntos nas secretarias, em que concerne aos nossos municípios, para que a Oposição não diga que a Bancada do PDS é falha na presença dos trabalhos deste Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) De acordo com a própria chamada nominal, já está registrada a presença dos Deputados que estão presentes e ausentes.

Responderam a chamada vinte e quatro Srs. Deputados.

Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidentes do IBDF e ITC, no sentido de se intensificar a fiscalização dessas entidades, em toda região da Usina Capivara, visando coibir os abusos e desmandos de caçadores inescrupulosos. **Encerrada a discussão :**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao

Sr. Presidente da TELEPAR, no sentido de que seja urgenciada a instalação de monocal telefônico no Distrito de Nova Concórdia, Município de Toledo. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, pelas medidas adotadas para o cumprimento das obrigações do Poder Público com os Precatórios - Requisitórios. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de apoio à Emenda Constitucional proposta pelo Deputado Alberico Cordeiro (PDS-AL) que amplia de seis para doze meses o prazo de desincompatibilização dos componentes de cargos do Poder Executivo, que pretendem concorrer em eleições. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Finanças e Diretor da Coordenação da Receita do Estado do Paraná, visando a instalação da Agência de Rendas para o Município de Três Barras do Paraná, recentemente emancipado de Catanduvas. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela criação e instalação da Cooperativa de Eletrificação Rural de Capitão Leônidas Marques com jurisdição também nos Municípios de Catanduvas, Três Barras e Quedas do Iguaçu. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando envio de expediente a Secretaria de Segurança Pública, encarecendo providências para conter arbitrariedades do Delegado de Polícia de São Jorge d'Oeste. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, no sentido de que seja enviada a esta Casa mensagem regulamentando a aplicação da contagem recíproca do tempo de serviço, tendo em vista a recente regulamentação da Lei Federal que trata do assunto. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de louvor aos policiais Ademar Araújo e João Batista Araújo, da Polícia de Mato Grosso, que efetuaram a prisão, na cidade de Cuiabá, de perigoso marginal mixto de contrabandista e pistoleiro, autor de uma chacina, na cidade de Nova Esperança, em nosso Estado. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da Câmara dos Deputados, em Brasília e ao Parlamentar Marcelo Cerqueira, encaminhando Moção de solidariedade àquele parlamentar pelo inominável atentado à bomba contra sua residência. Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Fica adiada a discussão, para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro das Minas e Energia e Governador do Estado, encarecendo medidas para que seja mudada a localização da Subestação do Sistema de Itaipu, em Campo Largo, implantando-a em área de menor valor produtivo. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Ber-

nardi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Justiça e das Relações Exteriores, encarecendo providências visando a devolução do cidadão britânico Ronald Biggs ao território brasileiro sob qual tutela estava, requer ainda o mesmo empenho para que o casal sequestrado em território nacional Lilian Celiberti e Universindo Diaz seja devolvido ao Brasil. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, seja oficiado a Secretaria de Recursos Humanos, consubstanciado em apelo, no sentido de que sejam efetuados estudos sobre a viabilidade do aproveitamento no Quadro de Pessoal do Poder Executivo, dos portadores do Título de Técnico de Enfermagem, obtido através de curso profissionalizante do 2.º Grau. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a interferência do mesmo junto a Rede Ferroviária Federal e a FEPASA, em São Paulo, no sentido de se restabelecer a ligação ferroviária entre Maringá e Ourinhos. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, um artigo "Dilapidador de Mandatos", de autoria de Marçal Versiani, publicado no jornal "O Estado de São Paulo". **Encerrada a discussão.**

Requerimento do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio ao movimento dos agricultores que exigem prorrogação no prazo de vencimentos dos financiamentos de custeio de soja para até o mês de julho. Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Fica adiada a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Ministro da Agricultura, encarecendo o início imediato do Programa de Combate à Peste Suína nos Estados do Sul. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, encarecendo a instalação de um Posto Avançado do Banco do Brasil, no Distrito de Santa Terezinha, Município de Foz do Iguaçu. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de quatro telefones públicos no Rincão São Francisco em Foz do Iguaçu. **Encerrada a discussão :**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Geral do DNER, em forma de apelo no sentido de serem tomadas providências relativas ao cruzamento da BR-116. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DETRAN, em forma de apelo no sentido de coibir abusos de determinados motoristas que transitam pela cidade, solicitando ainda, seja determinado maior policiamento. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio ao agricultor Marcelo Barth, pelo posicionamento tomado

em relação às reivindicações do Movimento Justiça e Terra.
Encerrada a discussão :

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando envio de telex propondo votos de aplausos ao Dr. Eduardo Seabra Fagundes e demais Conselheiros, pela gestão frente ao Conselho Federal da O.A.B. Encerrada a discussão :

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade aos Diretores do jornal "Nosso Tempo", de Foz do Iguaçu, Jornalistas Juvêncio Mazzarollo, Aluizio Palmar e João Adelino de Souza, por estarem enquadrados nos artigos 14 e 42 da Lei de Segurança Nacional. Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Adia-se a discussão

para a próxima sessão, de conformidade com o artigo 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 161/80 e 177/80.

Marcando ainda, uma sessão para sexta-feira, dia 10, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/80.

Levanta-se a sessão.